



**Universidade de Brasília Universidade Aberta do Brasil –
UAB Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Curso de Graduação em Geografia à Distância**

LEIDIANA LOPES DIAS

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NO PROCESSO DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO
NATURAL DO DISTRITO DE TAQUARUÇU: PAISAGEM E OS EFEITOS DO
ECOTURISMO NA REGIÃO.**

Palmas – TO Dezembro/2014

LEIDIANA LOPES DIAS

RESPONSABILIDADE SOCIAL NO PROCESSO DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NATURAL DO DISTRITO DE TAQUARUÇU: PAISAGEM E OS EFEITOS DO ECOTURISMO NA REGIÃO.

Monografia de graduação submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.
Orientadora: Prof^a. Msc. Isabel Cristina Domingues Hipólito Carvalho

Palmas – TO Dezembro/2014

DIAS, Leidiana Lopes. Responsabilidade social no processo de utilização do espaço natural do distrito de Taquaruçu: paisagem e os efeitos do ecoturismo na região. / Leidiana Lopes Dias, Palmas, TO. 28 de novembro de 2014. XX pág. (IH/GEA/UAB/UnB, EaD, Licenciatura, 2014). XX f.: il.

Monografia (licenciatura), Universidade Aberta do Brasil – UAB, Universidade de Brasília – UnB, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia – GEA, EaD, 2014.

Orientadora: Prof^a. Msc. Isabel Cristina Domingues Hipólito Carvalho I – Paisagem IV – Degradação Ambiental II – Ecoturismo V - Análise Macroscópica III – Responsabilidade Social [IH/GEA/UAB/UnB]

Referência Bibliográfica

DIAS, Leidiana Lopes. *Responsabilidade social no processo de utilização do espaço natural do distrito de Taquaruçu: paisagem e os efeitos do ecoturismo na região*. Palmas, Tocantins, 2014. 36 páginas. Monografia de Graduação (Disciplina Trabalho Final de Geografia II - TFGII), Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília – UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Cessão de Direitos Nome da autora: Leidiana Lopes Dias *Responsabilidade social no processo de utilização do espaço natural do distrito de Taquaruçu: paisagem e os efeitos do ecoturismo na região*. Grau: Licenciatura – 2014

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta monografia e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósito acadêmico. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia pode ser reproduzida sem autorização por escrito da autora.

Leidiana Lopes Dias

Dezembro de 2014

LEIDIANA LOPES DIAS**Responsabilidade Social no Processo de Utilização do Espaço Natural do Distrito de Taquaruçu: Paisagem e os Efeitos do Ecoturismo na Região.**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Aberta do Brasil (UAB) / Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso a Distância de Geografia da Universidade Aberta do Brasil – UAB/Universidade de Brasília - UnB do aluno: Leidiana Lopes Dias

Prof^a. Msc. Isabel Cristina Domingues Hipólito Carvalho (UAB/UnB)
Professor-Orientador

Prof^a. Dra. Marília Luiza Peluso (UAB/UnB)
Professor-Examinador

Prof^a Msc. Karla França (UAB/UnB) Professor-Examinador
Palmas, 28 de novembro de 2014

Palmas, 28 de novembro de 2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus em primeiro lugar, pois sem ele nada sou. A minha família que me apoiou e aos meus amigos que sempre me deram força.

AGRADECIMENTOS

A família que é meu alicerce

Aos meus filhos duas joias raras

Aos meus irmão

Aos meus amigos

Aos professores pelo carinho e dedicação

AEva nossa tutora presencial que sempre nos apoiou.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise a cerca da responsabilidade social no processo de utilização do espaço natural do distrito de Taquaruçu: paisagem e os efeitos do ecoturismo na região. O distrito de Taquaruçu é um ponto turístico muito importante para Palmas e Tocantins, por isso este trabalho objetiva contribuir para o conhecimento da dinâmica da paisagem, analisar a apropriação dos recursos naturais, sua diversidade, a partir do desenvolvimento do ecoturismo na região, identificando os impactos positivos e negativos envolvidos no processo produtivo do ecoturismo. Além de, Discutir os benefícios da implantação do ecoturismo no distrito, analisando a participação das comunidades envolvidas neste setor e a importância dessa atividade como geradora de emprego e renda.

PALAVRAS-CHAVE: Percepção Ambiental, Paisagem, Ecoturismo, Degradação Ambiental

ABSTRACT:

This paper presents an analysis about the social responsibility in the process of using the countryside of Taquaruçu district : landscape and the effects of ecotourism in the region . The Taquaruçu district is a major tourist spot for Palmas and Tocantins , so this study aims to contribute to the knowledge of landscape dynamics , analyzing the appropriation of natural resources , its diversity , from ecotourism development in the region , identifying the positive and negative impacts involved in the production of ecotourism process. Besides , discuss the benefits of ecotourism implementation in the district , analyzing the participation of the communities involved in this sector and the importance of this activity as a generator of employment and income.

KEY-WORDS: Environmental awareness , Landscape, Ecotourism, Environmental Degradation

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** – Localização Geográfica da área da Sub-bacia Hidrográfica do Ribeirão do Taquaruçu Grande, Palmas – TO. Fonte: Souza, 2006....32
- Figura 02** – Localização Geográfica da área....33
- Figura 03** – Cerrado Típico no Distrito de Taquaruçu. Fonte: Souza (2006)....36
- Figura 04** – Cerrado Típico no Distrito de Taquaruçu. Fonte: Souza (2006)....36
- Figura 05** – Carta Imagem do Distrito de Taquaruçu, Palmas – TO., 2005....38
- Figura 06** – Portal de Entrada do Distrito de Taquaruçu, Palmas. Parque Infantil no Centro do Distrito 6.2. ...41
- Figura 07**- Cachoeira Raizana.....41
- Figura 08**– Triângulo Metodológico para Estudos de Percepção Ambiental...42
- Figura 09**– Mapa Tocantins....45
- Figura 10** – Fotografias do 8º Festival Gastronômico de Taquaruçu....53
- Figura 11** – Apresentação do Novo Projeto de Reestruturação do Polo Turístico de.....63
- Figura 12** - Comitê Gestor do Projeto de Estruturação do Polo Ecoturístico de Taquaruçu.....64
- Figura 13** – Fotografias de Áreas Degradadas na Sub-bacia do Ribeirão Taquaruçu. ...75

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Atrativos Turísticos Naturais e Culturais do Distrito de Taquaruçu.....46
- Quadro 2** – Classificação dos Pratos Típicos da Região Vencedores do 8º Festival.....52
- Quadro 03**- Composição do Comitê Gestor do Projeto de Estruturação do Polo Ecoturístico e Produtivo de Taquaruçu.....65

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01:** Motivos e Importância da Preservação dos Recursos Hídricos na Área de Estudo.....55
- Gráfico 02** – Nível de Importância das Ações Públicas de Proteção dos Recursos Naturais e as Responsabilidades do Poder Público.56
- Gráfico 03** – Responsabilidades dos Empreendedores, Moradores e Visitantes na Conservação dos Recursos Naturais do Distrito de Taquaruçu.....58
- Gráfico 04** – Situação Ambiental do Distrito de Taquaruçu, segundo a.....59

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa	14
1.2. Problematização.....	16
1.3. Pergunta geral de partida.....	17
1.4. Perguntas focadas.....	18
1.5. Objetivo.....	18
1.5.1. Objetivo geral.....	18
1.5.2. Objetivos específicos.....	18
1.6. Hipóteses.....	19
1.7. Resumo dos Capítulos da Monografia.....	19

CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Espaço, Paisagem, Percepção Ambiental e os Impactos Socioculturais, Ambientais e Econômicos da Implantação do Turismo.....	20
2.2. Ecoturismo.....	26

CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O DISTRITO DE TAQUARUÇU, PALMAS – TO.

3.1. Localização e características físico-geográficos do distrito de Taquaruçu.....	31
3.2. Histórico e Aspectos Socioeconômicos do distrito de Taquaruçu.....	38
3.3. Os Atrativos Naturais e Artificiais do Distrito de Taquaruçu.....	40

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA DA PESQUISA

CAPÍTULO 5 – INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. O Inventário e o Diagnóstico dos Atrativos Turísticos Naturais e Artificiais do Distrito de Taquaruçu.....	44
5.1.1. Atrativo Turístico Artificial ou Cultural – Festival Gastronômico de Taquaruçu.....	51

5.2. O Estado dos Recursos Naturais, Degradação Ambiental e a Importância da Proteção Ambiental no Distrito de Taquaruçu.....	54
5.3. Ações Públicas e a Responsabilidade do Poder Público no Desenvolvimento do Ecoturismo na Região.....	55
5.4. Ações Particulares e as Responsabilidades Coletivas, dos Moradores e Turistas, para a Preservação dos Recursos Naturais e Desenvolvimento do Ecoturismo na Região.....	57
5.5. O Estado Ambiental nas Áreas Urbanas e nas Áreas de Atração Turística do Distrito de Taquaruçu.....	58
5.6. Críticas e Ações Públicas de Planejamento e Desenvolvimento do Ecoturismo em Taquaruçu pela Prefeitura Local de Palmas.....	59
5.7. A Percepção da Comunidade e os Efeitos do Ecoturismo em Taquaruçu.....	68
5.8. Descrição dos Principais Impactos Ambientais Identificados e suas Consequências..	71
5.8.1. Projeto de recuperação do Ribeirão Taquaruçu.....	74

CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....75

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....77

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Uma das maiores discussões da atualidade é como conciliar desenvolvimento econômico, dentro de um sistema capitalista, com justiça social e equilíbrio ambiental. O envolvimento das comunidades locais, ou seja, a participação efetiva da comunidade no processo de planejamento e de desenvolvimento turístico de suas regiões resulta em maiores benefícios ao turismo, ao meio ambiente e à população local.

O turismo é uma atividade de grande relevância para a economia mundial, pois, apresenta-se como uma das mais rentáveis e promissoras atividades econômicas, e, que está em constante expansão em todo o mundo. Na década de 1990 o setor expandiu sua atividade em 57% (NEIMAN; RABINOVICI, 2002) e no ano de 2011 as empresas brasileiras do setor faturaram R\$ 50,9 bilhões (BRASIL, 2012). Segundo a Organização Mundial do Turismo, no ano de 2012 mais de um bilhão de turistas realizaram viagens internacionais, atingindo um novo recorde, mantendo o turismo como um dos maiores setores da economia mundial (OMT, 2012; BACHI, 2013, p.21). Na tentativa de conciliar o homem e a natureza, através da percepção dos moradores sobre a paisagem local, surge dentro do ramo do turismo o termo Ecoturismo. Se toda relação existente entre homem e natureza é perceptível, é importante compreendermos todos os efeitos ambientais, socioculturais e econômicos resultantes dessa interação.

A paisagem é o aspecto visível e concreto do espaço geográfico, ou seja, o espaço humano em perspectiva. Nela coexistem os elementos naturais e os culturais produzidos pelo homem, que a conserva ou transforma, mas que só ele tem a capacidade de percebê-la em todos os seus tempos pregressos (MILAGRES, 2009, p. 14). Nesse sentido, a categoria de análise da paisagem foi escolhida para levantarmos a percepção da comunidade sobre o ecoturismo e sobre os efeitos deste na mesma.

O homem, por sua capacidade de perceber o que está ao seu redor, desenvolve um processo seletivo e intencional que transforma a paisagem em objeto de consumo. Neste sentido, a atividade do turismo, especialmente, do ecoturismo, transforma as paisagens em produtos que são mercantilizados, pois, são produtos das ações e desejos do homem. Essas atividades resultam em diversos efeitos tanto positivos quanto negativos no local onde ele acontece, transformando suas paisagens e as comunidades, envolvendo os aspectos ambientais, socioculturais e econômicos, de forma direta e indiretamente.

O ecoturismo é um agente transformador da sociedade e das paisagens, e, vem sendo considerado um dos segmentos que mais cresce na área do turismo. A

Organização Mundial do Turismo escolheu o ano de 2002, como sendo o Ano Internacional do Ecoturismo. Neste ano, houve diversas discussões, em que foram abordados vários pontos relevantes da atividade econômica, buscando definir o que seria esta atividade e quais suas relações socioeconômicas e ambientais. No relatório final da Cúpula Mundial, a América Latina foi apontada como uma das prováveis regiões do mundo, onde, o ecoturismo está se desenvolvendo com mais rapidez. Outros temas como o desenvolvimento sustentável, degradação ambiental, pegadas ecológicas, entre outros, também, foram discutidos no evento. Contudo, o relatório apontou que “a participação das comunidades locais desempenham um papel importante na conservação da biodiversidade” (OMT, 2002, p.15).

No Brasil, o ecoturismo vem sendo discutido desde ao anos 80, inicialmente com o nome de turismo de natureza ou ecológico. A primeira iniciativa governamental de ordenar o ecoturismo ocorreu em 1987, com a criação da comissão técnica nacional, constituída por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA e do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. O ecoturismo surge no Brasil como uma proposta de contemplação e conservação da natureza (BACHI, 2013, p.21). No entanto, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, realizada no Rio de Janeiro, o termo ecoturismo consolidou-se como uma das atividades de desenvolvimento sustentável. Em 1994 foram publicadas as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo pela EMBRATUR e o Ministério do Meio Ambiente.

Na Agenda 211 o ecoturismo é conceituado como uma prática conservacionista, comprometida com a natureza, com a responsabilidade social e com o desenvolvimento local (BACHI, 2013, p. 21). A Região Norte é a maior das regiões brasileiras e abriga a gigantesca Floresta Amazônica, sendo, o ecoturismo uma das melhores alternativas econômicas de exploração da região, e, traz consigo projetos bem sucedidos que unem ONGs, comunidades locais e a iniciativa privada.

Neste sentido, as comunidades locais envolvidas nas atividades econômicas ligadas ao ecoturismo, apresentam como principal interesse, a busca de benefícios amplos como a oportunidade de desenvolvimento econômico local através da geração de empregos e rendas. Outros interesses, também, são defendidos como a conservação ambiental, a valorização da cultura, a conservação e/ou a recuperação do patrimônio histórico e da autoestima da população, entre outros. Contudo, o ecoturismo tem atraído uma clientela específica e exigente que busca objetivos específicos como de vivenciar, estudar, admirar e desfrutar das belezas cênicas.

A Agenda 21 é um programa de ação assinado por 179 países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, mais conhecida como “Rio 92”. A Agenda 21 foi criada com objetivo de ser um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis (BACHI, 2013, p.22).

fauna, da flora e dos demais recursos naturais proporcionando ainda a integração com as comunidades locais. Para atender essa demanda é preciso de estrutura de acolhimento como restaurantes, pousadas, hotéis, guias, transporte, entre outros.

1.1 Justificativa

O ecoturismo é uma forma de despertar a consciência ecológica através da interpretação e integração dos turistas com o meio ambiente e a comunidade local. Neste sentido, cada estado possui suas zonas geográficas usadas como polos ecoturísticos, que apresentam atrativos naturais e culturais de interesse socioambiental, e para a prática do ecoturismo. O estado de Tocantins acolhe alguns dos cenários naturais mais incríveis do país. No lado oeste, destacam os rios, as florestas e a rica biodiversidade do Parque do Cantão. À leste, destacam as dunas, os chapadões, as veredas e os rios e os tributários do Jalapão. O estado selecionou dois polos turísticos para receber os investimentos do Proecotur: a região do Cantão, às margens do rio Araguaia; e o Jalapão, uma grande área próxima à fronteira com Piauí e Bahia, cujos fantásticos atributos naturais são ainda pouco conhecidos até por pesquisadores.

Com a criação do Estado de Tocantins, em 1988, e a implantação de sua capital Palmas, em 1990, na área do recém-emancipado município de Taquaruçu, este passou à condição de Distrito de Palmas. Desta forma, o Distrito de Taquaruçu encontra-se no município de Palmas, do qual está 32 km. de distância da capital. Por apresentar um rico e diverso conjunto paisagístico com potencial para o desenvolvimento da atividade turística, Taquaruçu, foi escolhido como área de estudo para aplicação da pesquisa, devido sua importância e relevância na região.

Em agosto de 2001, foi instalado por causa das suas paisagens naturais o Pólo Ecoturístico do Distrito de Taquaruçu. Conforme AMATUR (2000, p. 9), a Prefeitura Municipal de Palmas reconheceu que a conservação dos recursos naturais, culturais e paisagísticos de Taquaruçu, além, da proteção ambiental e da existência do espírito acolhedor entre o “trade” turístico e a comunidade local, são condições essenciais para um turismo de qualidade. No Distrito de Taquaruçu pode-se encontrar muitos ambientes com aspectos para exploração através de atividades ecoturísticas planejadas como: □

Diversos recursos hídricos com uma grande riqueza paisagística e natural como cachoeiras (com grandes paredões que possibilitam a prática de rapell) e córregos com água cristalina propícias para banho;

- Trilhas ecológicas rodeadas pela beleza cênica, densa vegetação, oportunidade de escaladas e contemplação da fauna e flora local;
- Mirante no alto da Serra de Lajeado com uma cruz testemunha a fé cristã da comunidade local;
- Feiras, gastronomia, artesanato, cultura, manifestações religiosas (festejo).

Silva e Silva (2003) destacam que “Taquaruçu é um convite para o turismo, com uma temperatura amena e diversos atrativos naturais e culturais. Tantas qualidades estimulam os turistas, que nos finais de semana, procuram Taquaruçu para o descanso ou para prática de esportes radicais, como: rappel, escaladas, entre outros. A área apresenta também um microclima úmido e com pouca luz, ideal para banhos, contemplação e caminhadas. Neste sentido, o ecoturismo no Distrito de Taquaruçu, se bem estruturado e planejado, torna-se uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável e, também, a geração de emprego e renda à comunidade envolvida.

Lavrargues (2004) destacou a importância de se pesquisar as atividades do ecoturismo no Brasil, que abrange três dimensões: o papel desempenhado na proteção ambiental, nas trocas culturais e na geração de emprego e renda para a comunidade local. Contudo, a interface socioeconômica do ecoturismo permanece ainda pouco explorada no âmbito científico; tendo em vista sua importância estratégica para o planejamento de políticas públicas sustentáveis de desenvolvimento local, ainda, temos que nos aprofundarmos para obtermos um conjunto de informações relevantes que contribuirão para uma melhor compreensão do papel da população local no segmento ecoturístico, que também sejam capazes de promover distribuição de renda e igualdade social.

O estudo deste tema, justifica-se à medida que consegue vislumbrar um ecoturismo que valorize ações socioambientais e socioeconômicas para a comunidade Taquaraçu. O que se busca é que os habitantes locais tenham nas atividades ecoturísticas, uma forma de sustento, sejam em participações em diversas funções no setor, como: guias, como proprietários de pousadas, donos de restaurantes, cozinheiros, motoristas, artesãos, entre outros. Enfim, é necessário deixar claro que o estudo do ecoturismo é importante para que haja preservação do meio ambiente, à conservação de espécies da fauna e da flora dos locais visitados, e, sobretudo, respeitar a população local

no que tange a sua cultura, religião e normas sociais, com o envolvimento de todos os atores sociais.

1.2 Problemática

Toda a ação ou atividade que busque o status de ser considerada como ecoturismo deverá ter como princípios fundamentais, a ênfase nas paisagens naturais, no clima agradável, nos valores culturais autênticos e na participação da comunidade local em todas as etapas envolvidas no processo. Desde nas ações de minimização dos impactos ambientais negativos resultantes da atividade, na distribuição dos impactos positivos, isto é, da geração de benefícios para a comunidade local, e, especialmente, na difusão da consciência ecológica por meio da educação ambiental e compromisso com a conservação da natureza.

Neste sentido, a ausência da participação das populações locais nas atividades ligadas ao ecoturismo pode contribuir para um turismo incompleto e ineficaz, pois, pode faltar tanto o conhecimento, quanto o acolhimento desta atividade econômica por parte dos principais conhecedores da região. Também, dependendo da forma de instalação e produção, o ecoturismo pode tornar uma atividade de exclusão social e de depredação ao meio ambiente, pois, a população local pode não entender o processo e nem se comprometer com a preservação dos recursos naturais, se ela não estiver inserida dentro do processo de exploração econômica dos potenciais ecoturísticos da região.

Neste sentido, é importante que a participação das comunidades locais nas atividades econômicas ligadas ao ecoturismo, ocorra, mesmo que para alguns de forma indireta. Justifica-se, assim, a necessidade de estudo sobre a importância de se valorizar ações socioambientais em áreas de potencial ecoturístico, com o envolvimento e comprometimento direto e indiretamente da comunidade local nos benefícios e nas responsabilidades oriundas do desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo de natureza.

A princípio, observa-se que o turismo no distrito ainda não gera benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais. Mas, Taquaruçu com sua grande diversidade de recursos naturais significativos deve buscar um modelo de desenvolvimento ecoturístico capaz de propiciar à população local renda, geração de empregos para seus habitantes e o desenvolvimento de uma consciência ecológica com autogestão das áreas protegidas. Neste caso, a própria comunidade seria responsável por gerir a Área de Proteção Ambiental – APA da Serra do Lajeado, inserida, em parte, em área do distrito, cuja importância reside em um rico e variado ecossistema de elevado interesse biológico

para manutenção de todo ecossistema natural da região. Em toda sua extensão apresenta influências ambientais de caatingas, cerrados e da floresta tropical úmida. Cerca de 138 espécies, entre aves, mamíferos e répteis habitam o local (AMATUR, 2000, p. 8). Segundo Aires e Giralдин (2006), a instalação do Pólo Ecoturístico no distrito de Taquaruçu foi lançado à frente da sua época, abrindo-se para o moderno.

Porém, a comunidade não estava preparada nem do ponto de vista de uma educação ambiental voltada para o ecoturismo, nem da qualificação profissional e da capacidade empreendedora. Contudo, foi identificado o despreparo dos empreendedores, no sentido de identificar e desenvolver potenciais naturais existentes no local e, principalmente, dentro dos princípios do uso racional dos recursos naturais (AIRES; GIRALDIN, 2006).

As mudanças nas atividades produtivas propiciadas pelo ecoturismo alteraram as características socioculturais dessa comunidade, provocando desajustes familiares ocasionados, principalmente, pelas mudanças de valores, perdas de referências, pelo contato com a modernidade e pelas experiências indesejáveis inseridas em Taquaruçu, como foi o caso da disseminação e uso de drogas por jovens na região.

Analisando todas as mudanças ocorridas em Taquaruçu, percebi que deveria ser feito uma investigação dos fatores que interferiram no processo de desenvolvimento do ecoturismo na região. Devido, a exclusão de parte da população nesta atividade econômica, principalmente, no acesso à emprego e renda, torna-se, indispensável a necessidade de se estudar e pesquisar sobre o envolvimento da comunidade local no setor e a importância socioambiental do ecoturismo no desenvolvimento sustentável da região.

1.3 Pergunta geral de partida

Aqui, a questão central a ser questionada gira em torno das relações existentes entre o ecoturismo e as mudanças socioambientais no distrito de Taquaruçu. Em que medida, está sendo aproveitado todo o potencial, isto é, todos os atrativos naturais, sociais e culturais do distrito, sua localização privilegiada, o fluxo de visitantes e a disponibilidade de tantos instrumentos de planejamento, avaliando, como o ecoturismo pode contribuir para reverter o quadro da desigualdade social e promover a distribuição de renda para a população?

1.4. Perguntas focadas

- A comunidade do distrito de Taquaruçu é beneficiada com a geração de emprego e renda ligada as atividades do ecoturismo? □ A participação da população de Taquaruçu em atividades ecoturísticas contribui para a conscientização sobre a necessidade de conservação e preservação do meio ambiente?
- Em Taquaruçu ocorre o desenvolvimento de uma consciência ecológica como autogestão das áreas protegidas, caracterizando a existência de um desenvolvimento sustentável na região?

1.5. Objetivo

1.5.1. Objetivo Geral

- Este trabalho objetiva contribuir para o conhecimento da dinâmica da paisagem, analisando a apropriação dos recursos naturais no Distrito de Taquaruçu, na sua grande diversidade, a partir do desenvolvimento do ecoturismo na região, identificando os impactos positivos e negativos envolvidos no processo produtivo do ecoturismo. Discutir os benefícios da implantação do ecoturismo no distrito, analisando a participação das comunidades envolvidas neste setor e a importância dessa atividade como geradora de emprego e renda.

1.5.2. Objetivos Específicos

- Identificar o potencial do distrito de Taquaruçu para o desenvolvimento das atividades econômicas e práticas do ecoturismo, analisando sua infraestrutura, seus atrativos naturais e artificiais, e a participação das comunidades envolvidas neste setor, avaliando a importância dessa atividade para a promoção do desenvolvimento local, com geração de emprego e renda, mecanismo que minimize as desigualdades sociais na região; □ Diagnosticar o grau de degradação ambiental, aplicando uma análise macroscópica dos impactos socioambientais oriundos da implantação do ecoturismo no distrito; □ Verificar o nível de percepção ambiental dos visitantes e autores envolvidos nas atividades do ecoturismo, identificando as possíveis contribuições e envolvimento dos sujeitos locais no processo de preservação e conservação dos recursos naturais e dos patrimônios culturais no distrito de Taquaruçu; e, □ Verificar se há políticas públicas atuantes no setor e a eficácia do planejamento, organização e execução da Gestão de Turismo no distrito de Taquaruçu.

1.6. Hipóteses

- Dentre os tipos de turismo desenvolvido no distrito de Taquaruçu, o ecoturismo representa atividade alternativa coerente com a busca de sustentabilidade dos elementos naturais e humanos pelo fato de realizar-se com ações voltadas à educação ambiental, oferecendo aos turistas e à população local os princípios conservacionistas dos ambientes visitados.
- O ecoturismo no distrito ocorre de maneira harmônica para as comunidades localizadas no entorno, como forma de inclusão social e melhoria da qualidade de vida dessas pessoas; pois, o setor impulsionou o desenvolvimento social e econômico, gerando emprego e renda, beneficiando a todos os sujeitos envolvidos e não apenas uma minoria da população.

1.7. Resumo dos Capítulos da Monografia

A monografia está dividida em seis capítulos. O primeiro capítulo é a introdução, juntamente com esclarecimentos sobre a contextualização da problemática em estudo, as justificativas, na qual se formula as hipóteses e se expõem os objetivos. No segundo capítulo são apresentados os referenciais teóricos que irão fundamentar as análises e discussões da pesquisa. O capítulo aborda temas como: Espaço, Paisagem, Percepção Ambiental e os Impactos Socioculturais, Ambientais e Econômicos da Implantação do Turismo e o Ecoturismo. No terceiro capítulo foi realizada a caracterização da área de estudo, o distrito de Taquaruçu, com a apresentação dos aspectos físico-geográficos, socioeconômicos e culturais. No quarto capítulo, explicitam-se os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa e o método aplicado para o diagnóstico ambiental da área de estudo. O quinto capítulo abordou os resultados da pesquisa, com a apresentação das informações já tabuladas em tabelas e gráficos e interpretadas, juntamente, com a apresentação dos produtos gerados após visitas de campo, como: fotos e mapas, entre outros. O sexto capítulo apresenta as conclusões e as recomendações da pesquisa.

CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Espaço, Paisagem, Percepção Ambiental e os Impactos Socioculturais, Ambientais e Econômicos da Implantação do Turismo.

Segundo a abertura da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, resultado da reunião realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na capital sueca, em junho de 1972, o homem é ao mesmo tempo criatura e criador do meio ambiente que lhe dá sustento físico e que lhe oferece a oportunidade de desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. A longa e difícil evolução da raça humana no planeta levou-a a um estágio em que, com o rápido progresso da ciência e da tecnologia, conquistou o poder de transformar de inúmeras maneiras e em escalas sem precedentes o meio ambiente (MILAGRES, 2009, p.17).

Neste sentido, o meio ambiente é transformado, as paisagens são como fotografias que refletem as combinações entre processos naturais e sócias em um espaço geográfico, no decorrer do tempo histórico (EGLER, 2009, apud, MILAGRES, 2009, p. 18). Segundo Santos (1997), o espaço geográfico está no centro das preocupações dos mais variados profissionais, pois, esses acontecimentos e modificações no planeta aconteceram e acontecem no que pode ser compreendido por meio de quatro categorias de análise. Processo, estrutura, função e forma; elementos que compõem o próprio espaço.

Esses acontecimentos diversos ocasionaram essas mudanças e foram importantes para o aumento do domínio do homem sobre a natureza, como o desenvolvimento da agricultura, do pastoreio, da navegação, do comércio, da ciência e da indústria e não podemos de citar, o crescimento populacional (MILAGRES, 2009). Ao analisar o espaço, Santos (1997) destaca que é possível compreender as mudanças empreendidas sobre o espaço, por meio da ação do homem, onde, é necessário, compreender a dinâmica e a disposição dos meios técnico-científicos e as intervenções na natureza, em busca do desenvolvimento socioeconômico em diferentes setores de atividades produtivas, como no caso do turismo.

As formas, como categoria de análise, vão se sobrepondo no espaço, criando diferentes paisagens em diferentes tempos materializados que convivem no presente. Segundo Milagres (2009), o espaço constitui: “uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação e que impõe sua própria realidade, por isso a sociedade não pode operar fora dele. Sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas assumem novas funções, ou seja, com a mudança – que é o

desenrolar do tempo histórico – haverá novas configurações sociais, econômicas e culturais que levarão à construção de novas formas e a uma readequação das funções existentes para as formas antigas e atuais” (MILAGRES, 2009, p. 19).

O espaço, o “todo”, todas as partes de um todo, evocam componentes sociais, econômicos, culturais e ambientais que retratam uma época e a inter-relação entre elas e eles se organizam num arcabouço, ou na estrutura de uma organização espacial. Contudo, para compreendermos as ações do homem no meio ambiente e as consequências dessas ações, precisamos antes abarcar as categorias de análise do espaço: forma, função, processo e estrutura, como um conjunto de elementos que nos permitiria entender “a história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade” (SANTOS, 1992, p. 49) e os efeitos construídos pela mesma.

Podemos entender totalidade como o conjunto das partes que constituem um todo, elementos fundamentais para o conhecimento e análise da realidade. Mas o mais interessante é que as partes não são suficientes para explicar o todo, e sim um todo, pois estão relacionadas com sua realidade.

Logo, paisagem e espaço, para Santos, não são sinônimos, “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, experimenta as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2004, p. 103), ela se dá como um conjunto de objetos real-concretos, e nesse sentido vai além do tempo, juntando objetos passados e presentes numa construção transversal. Portanto, podemos dizer que a paisagem é o resultado cumulativo dos processos e das estruturas sociais decorrentes no âmbito da sociedade (MILAGRES, 2009). A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, do que chega aos sentidos.

O espaço, assim como a paisagem, é uma categoria fundamental do conhecimento geográfico, sendo o espaço mais geral que a categoria paisagem, no entanto a paisagem não é o espaço, ela está contida no mesmo (SANTOS, 1997). Numa perspectiva lógica, “a paisagem é já o espaço humano em perspectiva” (SANTOS, 2004, p. 104-106), representado num plano tal qual se apresenta à vista e cujo único elemento de unidade é o homem que a percebe. Com base nisso precisamos distinguir a paisagem que é percebida do espaço significativo de um fenômeno, ou seja, a expressão de um fato.

A paisagem pode nos parecer um simples amontoado de elementos geográficos desordenados, mas é naquele determinado lugar, o resultado da combinação dinâmica – portanto, em movimento – de elementos físicos, biológicos e humanos que, reagindo uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e inseparável, em perpétua evolução (MILAGRES, 2009, p.22). Já, para Egler (2002), a observação da paisagem é

resultado de uma complexa composição de elementos naturais e sociais em constante relação uns com os outros e, quando atenta, pode ajudar a compreender melhor o mundo. Observá-la e interpretá-la é o ponto de partida para desvendar os segredos das relações entre sociedade e natureza. “A paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço” (SANTOS, 1997).

Milagres (2009) destaca que é preciso que a paisagem seja:

“conhecida, reconhecida, compreendida, analisada, interpretada e justificada numa perspectiva de conjunto, pois seus usos e modificações causam efeitos nos processos, nas estruturas, nas formas e nas funções que compõem o espaço no qual a sociedade co-habita” (MILAGRES, 2009, p. 24).

Contudo, sua abordagem surgiu da necessidade de se estudar as relações entre a sociedade e a natureza, o homem e o ambiente, funcionando então como importante exercício de reflexão dessas relações. A análise da paisagem, é uma ferramenta que auxilia os processos de planejamento, desenvolvimento e otimização de atividades econômicas, sociais e culturais, no turismo, especialmente, no ecoturismo.

“A paisagem reflete o equilíbrio ecológico ou atesta seu desequilíbrio, [...] ela pode representar um fator de estímulo à conservação do entorno ou a um alerta contra a sua degradação” (EMÍDIO, 2006, p. 21). Paisagem, por sua natureza compreende não só os lugares, mas de certa forma, também os estilos de vida (EMÍDIO, 2006). Como um dos objetos de estudo da geografia, a análise da paisagem passou dos seus elementos constitutivos e diferenciadores, ao reconhecimento das atitudes e preferências que podiam ser inventadas ou adquiridas, além da sua avaliação a partir de atributos visuais (HOLZER, 1999). Nesse sentido, encontramos diferentes formas e abordagens de estudo das paisagens e diferentes tipos de percepção da paisagem.

Sendo a paisagem tão rica e diversa em elementos que a compõem e, sendo os indivíduos e grupos sociais capazes de percebê-la através de mecanismos perceptivos e cognitivos, podemos dizer que existem também alguns tipos principais de percepção: percepção tátil, percepção olfativa, percepção auditiva, percepção gustativa, percepção visual, percepção temporal e percepção espacial (MILAGRES, 2009, p. 40). No entanto, dentre todos os nossos sentidos, a visão é o mais prevalente, sobretudo quando se trata de percepção da paisagem (DEL RIO, 1999). A nossa ‘inteligência visual’ interage intensamente com nossa inteligência racional e emocional, a visão não é um produto

meramente da percepção passiva, ela é um processo inteligente de construção ativa, de intencionalidade.

Oliveira e Machado (2004) destacam que é “através da visão que os homens se expressam e se comunicam mais freqüentemente. O mundo moderno é visual, é feito de cores e formas, principalmente” (OLIVEIRA; MACHADO, 2004, p. 130). “O fenômeno perceptivo não pode ser estudado como um evento isolado, nem pode ser isolável da vida cotidiana das pessoas”, ainda, com base em Oliveira (1983), todas as pessoas têm

Uma percepção do meio ambiente e de sua qualidade, percepção esta que é individual, pois é necessariamente emoldurada pela inteligência, que oferece diferentes formas cognitivas para os inúmeros conteúdos perceptivos. A percepção é única justamente porque depende da inteligência. Milagres (2009) ressaltou a importância da subjetividade daquele que percebe a paisagem vivida cotidianamente, constituída numa categoria interdisciplinar de análise, ou num recorte, que engloba tanto elementos naturais quanto socioculturais e econômicos, que nos fornece informações valiosas e transversais sobre a própria paisagem e sobre os efeitos do turismo na mesma (MILAGRES, 2009, p.43); indo ao encontro de uma linguagem que almeja ser transdisciplinar na sua descrição, observação e percepção.

Na percepção da paisagem em locais turísticos:

[...] além das fantasias e das funções cognitivas presas ao exótico, o turismo representa uma via de inserção na realidade do outro, de grande potencial pacifista e integrador, que na maioria das vezes, termina por ser banalizada pela mercantilização (RIBEIRO, 1997, p. 40).

A paisagem, sendo um componente essencial para o desenvolvimento do turismo, é transformada segundo critérios formais e estéticos direcionados a compor cenários elaborados (ou não) sobre qualidades naturais e culturais intrínsecas das localidades, qualidades que, por sua vez, são interligadas no processo de veiculação de uma determinada imagem (SILVA, Maria Lanci da, 2004). Assim, o crescimento da atividade turística representa a inevitável modificação da paisagem para que a atividade se desenvolva, “seja para facilitar o turismo, seja através do processo de produção do turismo” (COOPER, 2007, p. 210), alterando quantitativa e qualitativamente os recursos naturais e culturais.

As paisagens turísticas são associações de elementos naturais (clima, vegetação, formas de relevo, entre outros) e de elementos culturais (festas populares, museus, arquitetura, monumentos públicos, entre outros) acrescidos de apelo e valor econômico.

Contudo, o processo de mercantilização dos atrativos turísticos e da própria construção do produto turístico tem levado a alterações e muitas vezes destruição dos recursos naturais, das manifestações populares e tradicionais das áreas exploradas pelo setor, adequando-as, reduzindo-as, tornando-as mais especulativas, para atender aos gostos e expectativas da demanda e dos agentes envolvidos no processo e nas transações e negociações do setor de turismo. Os impactos gerados pelo setor provocam alterações no próprio espaço geográfico, mudanças consideradas positivas e/ou negativas, como a conservação dos recursos culturais e/ou a falsa identidade; a conservação dos recursos naturais e/ou a depreciação da paisagem com o desenvolvimento arquitetônico não integrado; o surgimento de novas áreas de lazer, atividades culturais e zonas comerciais e/ou o aumento dos serviços públicos, entre outros. (MILAGRES, 2009, 48).

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2005) aponta que:

“qualquer atividade implantada em uma determinada região ocasiona uma série de consequências sobre o seu crescimento e desenvolvimento, ou seja, uma série de efeitos que podem trazer benefícios e/ou prejuízos à sociedade, à cultura, ao meio ambiente e à economia dos lugares” (OMT,2005).

Para compreendermos como se dão os efeitos da atividade turística, precisamos compreender a relação e também a diferença entre alguns termos, como efeito, impacto, eficiência e eficácia. Os efeitos e impactos do turismo na paisagem podem ser divididos, para fins de estudo, em três tipos principais: socioculturais, ambientais e econômicos. Segundo Milagres (2009) verifica-se que:

No nível sociocultural, os efeitos do turismo são a relação entre o uso dos recursos culturais, a interação entre a comunidade local e os turistas e o compartilhamento da infra-estrutura e dos equipamentos e serviços. Nesse sentido, os efeitos socioculturais do turismo sobre a paisagem podem levar à preservação e conservação do patrimônio arquitetônico e artístico ou à sua depreciação; a atos de vandalismo; à poluição visual das fachadas e ruas pela competição do marketing; à melhoria na qualidade de vida dos moradores ou à expulsão dos mesmos para a periferia; ao resgate das habilidades artesanais da comunidade ou à desculturação das manifestações, usos e costumes tradicionais; ao aumento da criminalidade; à autenticidade encenada, à mercantilização do artesanato, cerimônias e rituais; enfim, a várias consequências muitas vezes irreversíveis e totalmente prejudiciais para os visitados, uma vez que eles permanecem no

local e os visitantes não.

No nível ambiental, os efeitos do turismo são a relação entre o uso dos recursos naturais, a interação entre a comunidade local e os turistas e o compartilhamento da infraestrutura e dos equipamentos e serviços, os impactos desses efeitos também podem ser positivos e/ou negativos, diretos (sem intermediários), indiretos (com intermediários) e induzidos. Podemos apresentar como efeitos ambientais do turismo sobre a paisagem as mudanças na composição das espécies de fauna e flora (extinção ou afugentamento de espécies, introdução de espécies exóticas etc.); a poluição visual com a instalação de prédios, teleféricos e estacionamentos; a erosão; a diminuição dos suprimentos de água de superfícies e de subsolo; a poluição sonora com os carros de som; a poluição do ar com os depósitos e acúmulos de lixo; o crescimento de área construída e as mudanças na malha urbana; a sobrecarga da infraestrutura urbana; o desmatamento e as queimadas; a preservação de remanescentes florestais etc.

No nível econômico, os principais efeitos do turismo são: a relação entre o uso dos recursos financeiros e a interação entre a comunidade local, os turistas e o mercado. Os gastos com a atividade turística, de um modo geral, se darão a partir de vários lugares, o de origem do turista, o da comunidade local, o do entorno e o dos fornecedores. Esses gastos poderão movimentar o mercado, criar empregos e gerar renda, melhorando ou não a qualidade de vida das comunidades locais e garantindo ou não a satisfação dos turistas.

A infraestrutura, os equipamentos e serviços poderão ser organizados tanto em prol da comunidade local, quando no nível básico, quanto para garantir a satisfação dos turistas, quando no nível de apoio turístico. Por isso, além dos atrativos fazerem parte da paisagem, também estão inseridos nela o conjunto de empreendimentos e negócios diretamente relacionados ao turismo, os seja, os equipamentos e serviços que fazem parte da oferta turística diferencial e que movimenta a economia do destino e do seu entorno, como: meios de hospedagem, exemplos, hotéis padrão, hotel de lazer, hotel residência/suíte service, hotel clube, hotel de saúde/spa, hotel fazenda, eco hotel, hotel em terminal de transporte, lodge, motel, pensão, pensionato, colônia de férias, hospedarias, hostels, pousada, parador, aparthotel, flat, acampamento de férias, acampamento turístico, imóvel locado, segunda residência, quarto leito em casas de família, alojamentos de turismo rural, albergues; serviços de alimentação, exemplos, restaurantes, bares/ cafés/lanchonetes, casa de chá/confeitarias, cervejarias, casas de sucos e sorvetes, quiosques de praia ou de campo; lazer e recreação, exemplos, áreas de lazer e instalações desportivas, terminais de turismo social e de lazer/balneários, parques de diversões e temáticos, parques/jardins/praças, clubes, pistas de esqui, patinação,

motocross, bicicross, estádios, ginásios, hipódromos, autódromos, cartódromos, marinas/atracadouros, mirantes, belvederes, boates e danceterias, casa de espetáculos, casas de samba e gafieira, escolas de samba, cinema/teatro, locais de espetáculos públicos; e, serviços turísticos, exemplos, agências de viagens e turismo, transportadoras turísticas, centros de informação turística, locadoras de imóveis, locadoras de veículos, posto de gasolina, oficinas de serviços autorizados e concessionárias de veículos nacionais e importados, lojas de artesanato e souvenirs, shopping centers/centros comerciais, galerias de arte e antiguidades, boutiques e lojas de grife, casas de câmbio, instituições bancárias, centros de convenções e congressos, parques e pavilhões de exposições, auditórios, embaixadas, consulados e escritórios comerciais (MILAGRES, 2009, p. 58 – 60).

É nesse sentido que os efeitos econômicos do turismo podem ser considerados como diretos, quando são gerados pelos prestadores de serviços ligados diretamente ao turismo: os serviços e mercadorias de linha de frente locais [citados acima]; indiretos, quando gerados pela aquisição de serviços e mercadorias de outros setores da economia local; e induzidos, quando a renda local se dá na forma de ganhos, salários, distribuição de lucros, aluguéis e juros. Há também o custo de deslocamento e oportunidade, quando os gastos realizados com o desenvolvimento da atividade turística são deslocados de outro setor da economia para este (COOPER, 2007, MILAGES, 2009).

2.2. Ecoturismo

O termo ecoturismo surgiu na década de 80, relacionado a qualquer tipo de viagem especializada ligada à natureza, no entanto até hoje não existe um consenso sobre sua definição, sendo vários os conceitos aplicados ao tempo pelos diversos segmentos sociais envolvidos. A primeira definição conhecida sobre ecoturismo é de Cebalhos-Lascuráin (1988), segundo o qual “ecoturismo é a viagem a áreas relativamente preservadas com o objetivo específico de lazer, de estudar ou admirar paisagens, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente” (ROCKTAESCHEL, 2003, p. 4).

O EMBRATUR (1994) lançou o Manual de Ecoturismo, contendo regras e normas sobre o mesmo, além da definição sobre o ecoturismo como:

“o turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente,

harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica” (EMBRATUR, 1994).

Diante do cenário mundial em que as catástrofes ambientais se acentuaram tomando grandes proporções globais, têm se cada vez mais buscado alternativas que venham a conciliar desenvolvimento econômico e meio ambiente, esforços de conservação e de desenvolvimento sustentável. O ecoturismo é uma atividade que, se bem planejada e desenvolvida, pode trazer às populações locais benefícios amplos, como oportunidade de desenvolvimento econômico, através da geração de emprego e renda. E também conservação ambiental, valorização da cultura, conservação e/ou recuperação do patrimônio histórico, recuperação da autoestima, entre outros. O ecoturismo é uma das atividades econômicas ligadas ao turismo que mais cresce e torna-se importante quando consegue valorizar as comunidades locais envolvidas beneficiando-as.

O ecoturismo apresenta vínculos não apenas com a dimensão ambiental e cultural da sustentabilidade, mas também, com a dimensão socioeconômica. E considerando que essa dinâmica carece de reflexão teórica, essa constatação serve de estímulo para um olhar analítico a respeito das relações entre o ecoturismo e a reprodução das condições sociais. De acordo com a The Ecotourism Society (apud Lindeberg et al, 1995, p. 17), “Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local”. Assim, infere-se que o Ecoturismo não diz respeito a meras incursões a áreas naturais, mas sim como estas são feitas com o intuito de conhecimento e respeito ao sítio frequentado. É importante destacar este aspecto, pois esta monografia pretende demonstrar como tal segmento da atividade turística é muito mais do que viajar para áreas naturais. Neste sentido, define-se que, “Ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que se tem de estar em contato com a natureza é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética” (LINDEBERG et al, 1995, p. 18).

O conceito de ecoturismo adotado neste trabalho é a definição estabelecida pelo governo federal nas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR/IBAMA, 1994) e pelo Ministério do Turismo (2014), onde:

“ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”. Este segmento é

caracterizado pelo contato com ambientes naturais, pela realização de atividades que possam proporcionar a vivência e o conhecimento da natureza e pela proteção das áreas onde ocorre. Ou seja, assenta-se sobre o tripé: interpretação, conservação e sustentabilidade. Assim, o ecoturismo pode ser entendido como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental (EMBRATUR/IBAMA, 1994, MTur, 2014).

Esse conceito está ligado apenas à sustentabilidade ambiental, não considerando a sustentabilidade social. Assim quando as atividades ecoturísticas excluem as populações locais esse tipo de turismo pode não ser sustentável. Pois sem a participação direta das comunidades locais o viés socioambiental/socioeconômico fica comprometido.

Um conceito mais abrangente e consciente tem que observar a participação dos indivíduos localizados dentro e próximos ao espaço utilizado para a prática de atividades ecoturísticas. Para a Revista de Ecoturismo “O Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”. Assim, para DIAS (2003):

“ o Ecoturismo não é somente uma viagem orientada para a natureza, mas também constitui uma nova concepção da atividade, tanto prática social como econômica. Tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações receptoras, ao mesmo tempo que preserva os recursos e o meio ambiente, compatibilizando a capacidade de carga e a sensibilidade de um meio natural e cultural com a prática turística” (DIAS 2003, p. 103).

O ecoturismo se constitui umas atividades com alto potencial de integração de diversas atividades de lazer, preservação ambiental e inclusão social, através da geração de emprego e renda a comunidade local. Assim, o ecoturismo vem se destacando cada vez mais como uma atividade de conservação de áreas que precisam de proteção e seu maior benefício é a participação das comunidades locais, quando são as comunidades seus protagonistas.

Segundo CORREIA (2003) o ecoturismo tem demonstrado ser um dos mais eficientes instrumentos econômicos adotados por governos e setores da sociedade comprometidos com o meio ambiente para financiar e garantir a proteção permanentes dos ecossistemas naturais.

Para RIBEIRO et al (2002) “aumentar a diversidade de experiências com o ambiente que os visitantes podem ter em um destino ecoturístico pode ser considerado um dos maiores objetivos de uma viagem nesse segmento. Isso pode trazer reflexos diretos para a conservação da biodiversidade no contexto específico do ecoturismo. O ecoturista, então, seria brindado com a integração das visões de natureza local a partir dos conhecimentos adquiridos”.

É um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (MACHADO, 2005, p. 27).

Assim, o ecoturismo possui uma postura ambientalmente correta no tratamento dado ao ambiente natural que é a de usufruir seus benefícios ambientais e, ao mesmo tempo, garantir a sobrevivência das atuais e futuras gerações. Mas, se as ações de preservação e divulgação do meio ambiente natural não estiverem aliadas as de cunho social através da inclusão das comunidades locais não ser um ecoturismo verdadeiro. Em seu artigo “Como definir ecoturismo”, David Western apresenta a responsabilidade social como elemento do ecoturismo, uma vez que “... não se pode preservar a natureza à custa da população local.” (apud. LINDBERG e HAWKINS, 2002, p. 16). “Uma política justa e sensata e uma economia equilibrada devem ter como meta fazer dos moradores locais sócios e beneficiários da conservação, e não seres inimigos implacáveis.” (apud. LINDBERG e HAWKINS, 2002, p. 16).

Assim RIBEIRO et al (2002) sugere que o ecoturismo também pode ser considerado como um meio importante para mitigar alguns problemas ambientais e contribui com mudanças individuais e coletivas para reverter à destruição existente e promover uma nova relação do ser humano com o espaço natural onde atua.

“O mundo vê hoje o ecoturismo como uma forma de se alcançar altos lucros. Entretanto, tal concepção gera preocupação de não se ter a sustentabilidade tanto cultural, social, natural e econômica do local onde se vai desenvolver a atividade. Pois sem um planejamento adequado, às consequências serão impactos negativos para a comunidade receptora e para o ecossistema local. A atividade ecoturística, deve levar em consideração um planejamento adequado para o local, que contribuirá para a diminuição dos impactos ambientais causados na fauna e flora”. (CAMPOS, 2005. p. 2)

O cuidado com a manutenção do meio ambiente natural deve contar com a

participação de vários atores como o turista, os organizadores e a população local para garantia da sobrevivência das atividades ecoturística. Promovendo um desenvolvimento sustentável baseado na comunidade amenizam-se conflitos históricos no uso das áreas naturais. Pois todos se sentem parte de um processo amplo e coletivo, onde cada um observa seu valor dentro do processo e sente se respeitado e valorizado. Assim quando as comunidades são protagonistas do projeto ecoturístico essa observam a importância da manutenção do seu objeto de trabalho, os recursos naturais. Pois a responsabilidade pela manutenção dos espaços a serem ofertados nas atividades turísticas é da comunidade local.

O planejamento dirigido à ordenação da visitação em áreas naturais deve focar o uso dos valores culturais da comunidade e envolver os atores locais durante todo o processo, oferecendo um produto turístico capaz de alimenta o visitante com vivências e informações aprofundadas sobre os ecossistemas locais e a formação cultural da região (MACHADO, 2005).

RIBEIRO et al (2002) observa que:

“O ecoturismo deve envolver ações capazes de garantir, de um lado, o sucesso do empreendimento como gerador econômico e, de outro, a sobrevivência do espaço onde este ocorre. O seu compromisso é organizar um turismo capaz de promover o desenvolvimento dentro de critérios ambientais que garantam a manutenção de sua biodiversidade. Na realidade, a proteção do ambiente natural e a promoção de um desenvolvimento mais amplo são questões interligadas: para garantir os recursos que sustentam o desenvolvimento, é necessário equilibrar as ações geradoras do crescimento econômico” (RIBEIRO et al, 2002).

Torna importante a compreensão da comunidade em empreender na manutenção do espaço natural, o cuidado com o lugar onde se insere do ponto de vista ambiental e cultural, a formação de uma cultura ecológica para aliar a possibilidade de sobrevivência de seu negócio. Portanto, a comunidade local deve participar ativamente em todo o processo, discutindo as ações, propondo soluções e envolvendo-se diretamente na manutenção dessas áreas. Assim, devemos entender a utilização dos recursos naturais como algo que terá interferência direta na vida da comunidade e de todos aqueles que, por algum motivo, utilizam essa área (MACHADO, 2005).

Para a efetiva participação da sociedade local no desenvolvimento de ações de atividades ecoturísticas os moradores das áreas com potencialidade natural deve se

organizar em grupos como ONGs com interesses diretos nas questões ambientais e sociais; Organizações de moradores, Associações comunitárias; Associações culturais e outras. Segundo ROCKTAESCHEL (2003) uma das principais diretrizes do ecoturismo é o envolvimento das comunidades locais, visando ao desenvolvimento regional e a distribuição de renda gerada pelo ecoturismo. Neste sentido, sem o envolvimento da sociedade nativa da região com potencial ecoturístico, pautado em ações socioambientais, o ecoturismo pode contribuir para um processo predatório dos recursos naturais.

Estima-se, que o ecoturismo é um dos segmentos das atividades turísticas que mais cresce proporcionalmente. Enquanto que o turismo convencional cresce 7,5% ao ano, a taxa de crescimento do ecoturismo é de 25%. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT) estima-se que 10% dos turistas em todo mundo tenham como demanda o turismo ecológico. Nesse sentido, esse trabalho busca discutir as relações estabelecidas entre o ecoturismo e a mudança social, apontando para uma justificativa em defesa da necessidade de criação de políticas públicas para o ecoturismo que definam explicitamente a sua função social.

CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O DISTRITO DE TAQUARUÇU, PALMAS – TO.

3.1. Localização e características físico-geográficos do distrito de Taquaruçu.

O distrito de Taquaruçu, Palmas, está localizado na região centro sul de Palmas nos paralelos 10° 10'33" e 10° 25'18" de latitude sul e os meridianos 48° 03'57" e 48° 23'03" de longitude oeste de Grenwinch, compreende uma área total de 63.918,45 hectares (1.243,5km²), o que representa 19,1% da área total do município, sendo 73,67% da Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (SOUZA, 2006). O distrito é banhado pela sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Taquaruçu Grande (Figura 01), que pertence à Bacia do Rio Tocantins. A figura 01 demonstra a localização geográfica do distrito.

Figura 01 – Localização Geográfica da área da Sub-bacia Hidrográfica do Ribeirão do Taquaruçu Grande, Palmas – TO. Fonte: Souza, 2006.

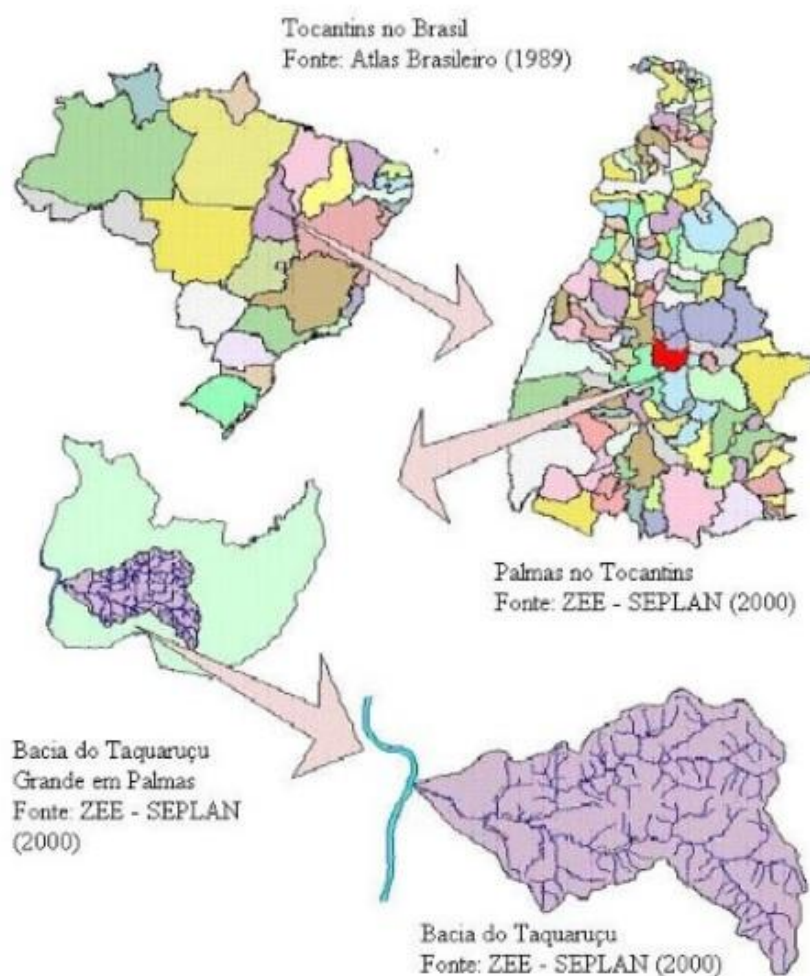
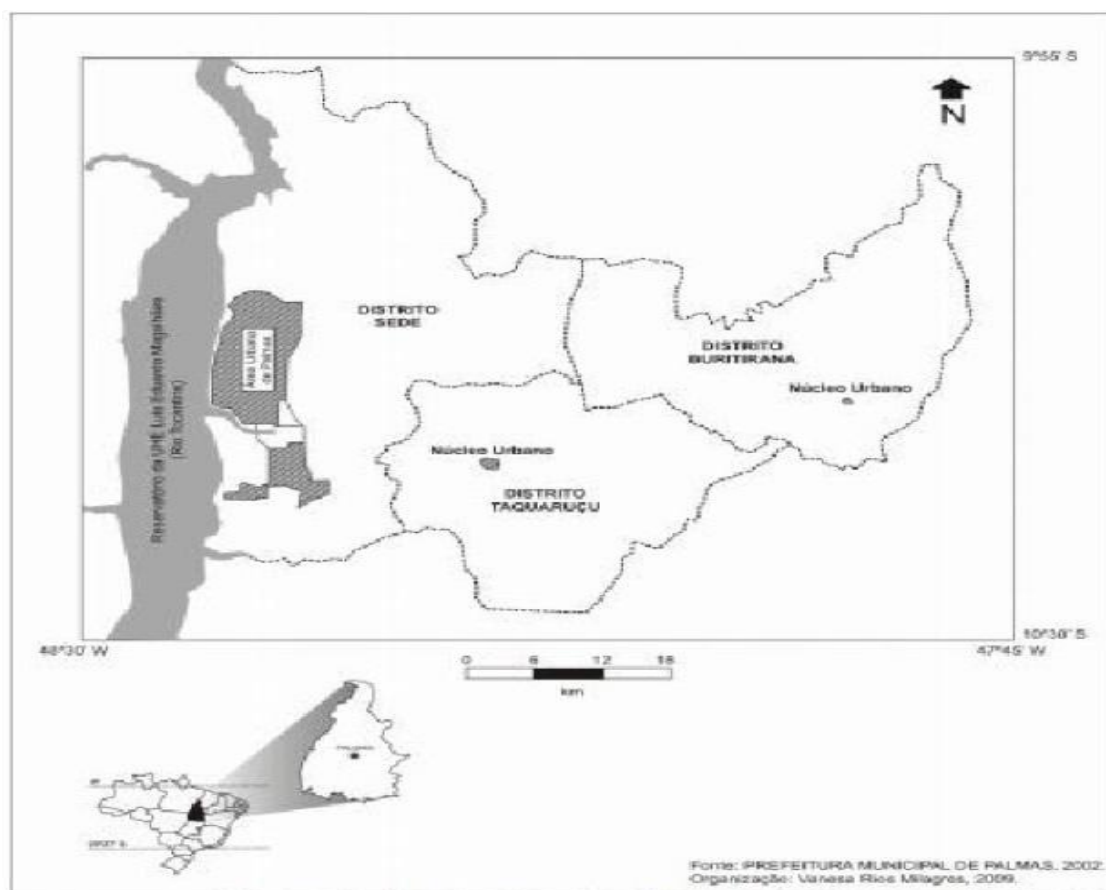


Figura 02 – Localização Geográfica da área



Mapa de Localização do Município Palmas e do Distrito Taquaruçu.

O distrito está situado nas encostas da Serra do Carmo, ou Serra do Lajeado, cerca de 32 km de distância da capital Palmas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, o distrito possuía 2.869 habitantes. Já, em 2010, a população do Distrito de Taquaruçu era de 4.739 habitantes, sendo, 2.429 homens e 2.310 mulheres, possuindo um total de 1.597 domicílios particulares. No distrito encontram-se migrantes de outros estados como Piauí, Goiás, Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e do próprio Tocantins. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Palmas é considerado elevado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), seu valor é de 0,800, sendo o maior de todo o estado de Tocantins (em 139 municípios); segundo de toda região Norte do Brasil (em 449) e o 559º de todo Brasil (em 5 507).

Segundo Milagres (2009), AMATUR (2002), “a cultura [...] trazida pelos imigrantes e as dificuldades de acesso a Taquaruçu contribuíram para a preservação dos seus costumes, tradições e valores” (MILAGRES, 2009, p. 64, AMATUR, 2002, p. 6). A geologia local está dividida em cinco unidades estratigráficas: Depósito Aluvionar (Ha); Formação Pimenteira (Dp); Formação Serra Grande (SDsg); Formação Suíte Intrusiva Ipueiras (Pegi) e Formação do Complexo.

A geomorfologia encontra-se classificada em quatro unidades geomofológicas: terraços fluviais nas formas de acumulação (Aptf); superfícies pediplanas nas formas erosivas (ESpp); Patamares Estruturais (SEpt) e Patamares Estruturais (SEpt) (EMBRAPA, 1992). Contudo, o distrito detém de uma geologia composta por rochas do Complexo Goiano, que datam de 550 a 505 milhões de anos atrás, por relevos baixos e elevados, com solos diversificados, devido associação de diferentes formas rochosas e geomorfológicas, apresentando superfícies cimeiras, vertentes escarpadas, fundos de vale e calha (UNITINS, 1999).

O distrito apresenta diferentes tipos de formações rochosas e de solos, têm a predominância de 40% (quarenta por cento) de Latossolos – são solos envelhecidos, geralmente ácidos (à exceção dos eutróficos) e de boa drenagem além de apresentarem um perfil profundo.

A sub-bacia do Ribeirão Taquaruçu Grande tem com principal afluente o Ribeirão Taquaruçuzinho e destaca-se ainda: Ribeirão Mutum e os Córregos Cipó, Buritizal Macacão, Machado, Tiúba e o Brejo da Lagoa. É considerada uma subbacia de quarta ordem e tem uma densidade de drenagem 1,15 km² com um padrão sub-dentrítico. Nas proximidades das nascentes os cursos d'água são intermitentes e perenes nos médios e baixos cursos d'água (SOUZA, 2006).

O distrito tem as condições climáticas, devido sua posição latitudinal em torno de 10° LS, com relativa homogeneidade por sua continentalização, típico do domínio da Zona Climática Tropical, apresentando temperaturas variando entre 10°C e 34°C, em média superior aos 25°C, sendo que nos meses de junho e julho as mínimas registradas são de 12°C, conforme dados da Estação Meteorológica de Porto Nacional. O clima proporciona sensação térmica quente durante o dia e fresca durante à noite, com período chuvoso de janeiro a março e seco de agosto a outubro, apresentando índice pluviométrico médio de 1.600mm/ano.

Suas paisagens resultam do conjunto de elementos do Cerrado, da Caatinga e da Floresta Amazônica, dotando-as de boas vantagens comparativas em relação às demais paisagens do Estado de Tocantins.

A vegetação da região é formada por duas classes, sendo, a savana arboréa aberta sem floresta de galeria, com presença de gramíneas, pequenas arvoretas de aspectos tortuoso e recobertas de casca espessa, verifica-se a presença de pau-terra (*Quala* Sp) lixeira (*Curatellaamericana*), barbatimão (*Strypnodendron barbadetiman*), jacarandá (*Macharium* Sp), murici (*Byrsonima coriacra*), pau-de-tucano (*Vochysia* Sp), pau-santo (*Kiellmeyera* sp); e a savana arbórea aberta com floresta de galeria que ocorre

em áreas de depressões e vales, de fisionomia sempre verde, em decorrência da umidade permanente e do acúmulo de nutrientes neste solo.

As florestas-de-galeria geralmente variam quando à largura e à composição, mas a vegetação é sempre alta e densa. As espécies encontradas na paisagem dos campos-cerrados são: envirapinhaíba (*Xilopia* Sp), ipê-amarelo (*Tabebuia* Sp), itaúba (*Physocalymma* Sp), jatobá (*Hymenaea* Sp), guaruba (*Vochysia* Sp), jacareúba (*Cllophyllum brasiliense* Sp). Destacam-se nesta fisionomia as seguintes palmeiras que, às vezes, dominam a paisagem: buriti (*Sygrus* Sp), inajá- cabeçudo (*Maximiliana* Sp), guariroba (*Sygrus* Sp), macaúba (*Acroncomia* Sp) e o babaçu (*Orbygia* Sp).

O Campo Cerrado – pasto sujo (savana gramínea – lenhosa savana parque): corresponde às formações campestres naturais, caracterizadas por uma formação graminosa entremeada de plantas lenhosas, sem formar dossel contínuo ou são decorrentes da atividade humana, especialmente pecuária extensiva. Já, a Floresta de Galeria – formações que ocorrem margeando os cursos d'água pertencentes, tanto nos platôs, permeando as áreas de cerrado, como também nas vertentes associados às florestas de encosta, também, é encontrada no distrito de Taquaruçu. Observa-se, que tanto no período chuvoso quanto no período de seca na região, identificam-se diferentes tipos e fisionomias de uso e cobertura vegetal dos solos, confirmando padrões de sazonalidade da paisagem no distrito.

Segundo a AMATUR (2002), pode-se: “observar coberturas vegetais características do cerradão, das veredas e das matas de encosta ou galeria, além da abundância de recursos hídricos, diversidade de aves, como o periquito verde, arara canindé, bem-te-vi, anu preto e mamíferos, como o inhambu, mucura e raposa. Dentre os répteis, as serpentes são os principais representantes” (AMATUR, 2002). As figuras 03 e 04 demonstram dois tipos de cobertura vegetal na região: cerrado e cerradão.

Figura 03 – Cerrado Típico no Distrito de Taquaruçu. Fonte: Souza (2006).



Figura 04 – Cerrado Típico no Distrito de Taquaruçu. Fonte: Souza (2006).



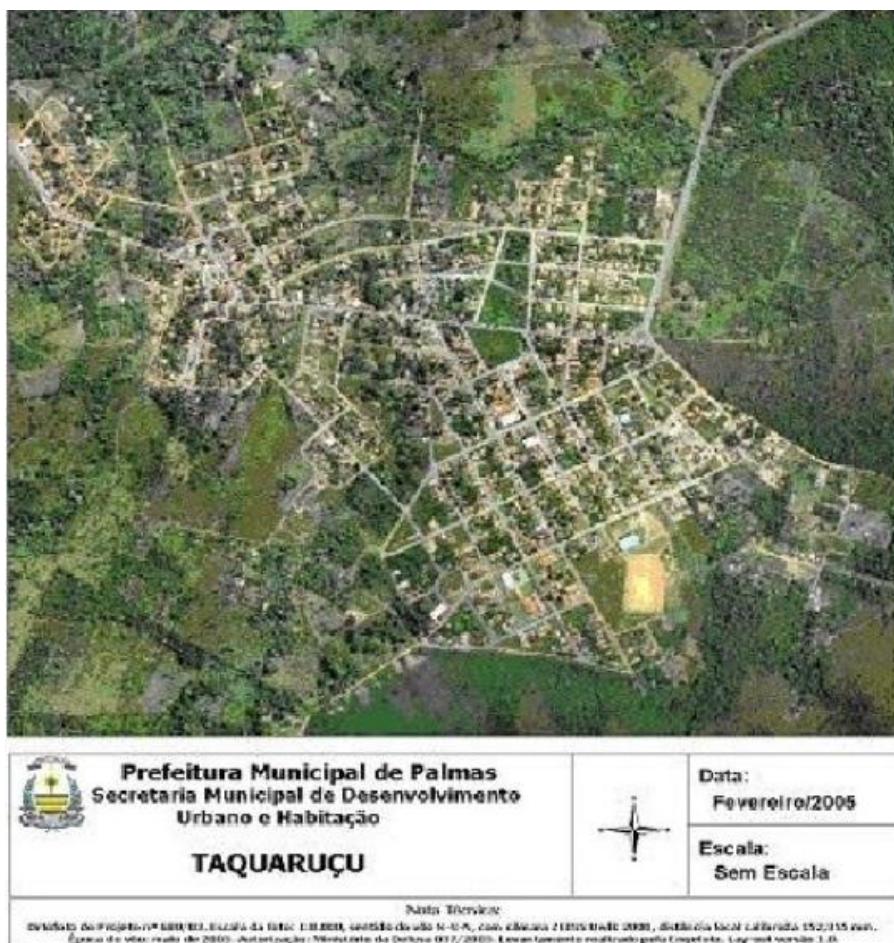
A urbanização do distrito é predominantemente horizontal, apresentando na maioria, construções de alvenaria industrializada. A AMATUR (2002) destaca que o distrito possui uma infraestrutura básica, onde, há abastecimento de água, coleta de lixo, fornecimento de energia elétrica, sistema de transporte urbano, sistema de comunicação e telecomunicação, sistema de segurança e equipamento médico-hospitalar.

Nas áreas centrais urbanizadas do distrito (Figura XX), encontramos estabelecimentos comerciais, no geral, de pequeno porte e de estrutura familiar, como: comércios de gêneros alimentícios – mercados, lanchonetes, bares, sorveterias, restaurantes; farmacêuticos e perfumarias; veterinários e clínicas; materiais de construção; lojas de artesanatos e de roupas; entre outros estabelecimentos. A predominância no distrito é de unidades informais no setor de prestação de serviços, como: hospedagem, pousadas, hotéis, oficinas mecânicas, entre outros.

Outra atividade econômica explorada na região é a agricultura de subsistência e os principais produtos cultivados são o arroz, feijão, mandioca e milho. A pecuária, também é praticada, como a bovinocultura de corte e de leite, e, destaca-se na região, a criação de outros tipos de animais, como suínos, equídeos, ovinos e caprinos.

A seguir, a figura 05 demonstra a vista aérea da espacialidade das áreas urbanas do Distrito de Taquaruçu.

Figura 5 – Carta Imagem do Distrito de Taquaruçu, Palmas – TO. Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Prefeitura Municipal de Palmas, 2005.



3.2. Histórico e Aspectos Socioeconômicos do distrito de Taquaruçu

O Estado do Tocantins é o mais novo do Brasil, localizado no centro do País, na Região Norte, com área total de 278.427 km² e com uma população aproximada de 1.300.000 (um milhão e trezentos mil) habitantes. Limita-se com os estados de Goiás, Bahia, Piauí, Maranhão, Mato Grosso e Pará. Com a criação do Estado do Tocantins em 05 de outubro de 1988, houve um fluxo migratório de outras regiões do país, fazendo com que houvesse um aumento significativo na taxa de crescimento populacional da região. Sua capital, Palmas, fundada em 1989, conta hoje com 178.386 habitantes, onde, foi planejada para promover o desenvolvimento e a sustentabilidade do estado, é uma das cidades brasileiras que apresenta maior crescimento demográfico, apresentando uma população bastante jovem e expectativa de desenvolvimento socioeconômico.

O Estado do Tocantins mostrou crescimento maior na área de construção civil, devido à estruturação dos municípios já existentes e o início de novas cidades. A cadeia produtiva no Estado é formada predominantemente pelos setores da carne, couro, leite, vestuário, fruticultura, piscicultura, móveis, construção civil, agricultura e turismo, especialmente, o ecoturismo.

As empresas localizadas nos municípios, em especial em Palmas, atuam predominantemente no comércio local e, embora exista a evolução rápida do crescimento empresarial, apenas 10,4% delas operam no setor industrial, sendo que a maioria é micro e pequena empresa. Segundo o IBGE, entre 1996 e 2003, o Produto Interno Bruto (PIB) do Tocantins cresceu a uma taxa de 13,14% ao ano. Os três segmentos econômicos que chamam a atenção são: a construção seguida pelos setores de eletricidade, gás e água e da indústria de transformação.

No setor primário as principais atividades econômicas produtivas do Estado ainda são a pecuária bovina de corte. O Estado de Tocantins é considerado como a fronteira agrícola e foi efetivamente integrada ao circuito produtivo da economia nacional, com grandes possibilidades para a exportação de grãos.

O Governo do Estado do Tocantins defende a estratégia política econômica voltada para a consolidação de uma base produtiva moderna, diversificada, competitiva e eficiente, que garanta o processo de desenvolvimento, com a inserção do Estado no mercado nacional e internacional. O grande objetivo do Estado não é apenas produzir e exportar, mas desenvolver a agroindústria, que agrega valor à produção e gera empregos. O Governo do Estado oferece, através de vários projetos e programas, incentivos (técnicos e financeiros) ao desenvolvimento econômico do Tocantins, com ênfase nos setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços, incluindo o turismo. Além disso, as prefeituras oferecem isenções de impostos e taxas municipais por um período de 10 anos, além de terrenos a preços simbólicos.

O reflexo dessa ação está no surgimento de algumas fábricas, principalmente nas áreas de alimentos e de veículos. Outros investimentos para a geração de emprego e renda, bem como o desenvolvimento econômico do Estado é o ecoturismo, com ações estratégicas objetivando o desenvolvimento sustentável na região para resguardar as riquezas da fauna e da flora, aproveitando ao máximo os recursos naturais.

O povoamento da região e as primeiras intervenções datam de 1940 com a chegada de imigrantes em busca de terras férteis, agricultores vindos do Estado do Maranhão, fugindo da seca. Nesta época, já existia a pecuária extensiva desenvolvida por fazendeiros pecuaristas. O Distrito de Taquaruçu pertencia ao Município de Porto Nacional. As principais atividades socioeconômicas desenvolvidas na região eram: agricultura de subsistência, criação de animais domésticos e o extrativismo do coco babaçu. Segundo Souza (2006) “o excedente da produção era

vendido em Porto Nacional o que proporcionou ao Distrito de Taquaruçu o título de “Celeiro de Porto Nacional”. Com a implantação da BR -153 (Belém – Brasília) na década

de 1960 o Distrito de Taquaruçu foi perdendo sua importância econômica regional, visto que foram se desenvolvendo várias cidades ao longo da Rodovia” (SOUZA, 2006, p. 39).

Em janeiro de 1988 a Lei Estadual 10.419 elevou o Distrito de Taquaruçuzinho ao grau de Município com o nome de Taquaruçu do Porto. No entanto, em dezembro de 1989 a Lei Municipal n. 28 autoriza o Executivo a transferir a sede para o recém criado município de Palmas e em 1º de janeiro de 1990 o Município de Taquaruçu do Porto volta à condição de Distrito pertencendo ao Município de Palmas – TO (SOUZA, 1998).

Em 1990, com a implantação da Capital Palmas a pressão antrópica sobre os recursos naturais aumentou, e hoje as principais atividades impactantes desenvolvidas na região são: captação de água para abastecimento público (Estação de Tratamento de Água - ETA 6), estação tratamento de esgoto (ETE –Foz do Ribeirão Taquaruçu Grande), turismo e ecoturismo, rodovias (TO-030), agropecuária, além da urbanização e ocupação territorial das áreas do distrito de Taquaruçu e os bairros Aurenny I, II e III e Taquaralto (SOUZA, 2006, p. 11 e 40). Atualmente, o Distrito de Taquaruçu é considerado como um dos principais atrativos turísticos do Tocantins possui diversas cachoeiras e balneários naturais, como pode ser notado na Figura 1.3, que apresenta a variedade à exuberância da natureza e seu potencial para o ecoturismo. O Distrito abriga ecossistemas variados que incluem vegetação rasteira do cerrado, solo seco da caatinga e até mesmo árvores gigantes amazônicas com mais de 300 anos de existência. Segundo Dourado (2004), a instalação do Pólo Ecoturístico de Taquaruçu, em 2002, foi uma ação dentro do plano estratégico de desenvolvimento para o distrito, estabelecido pela Prefeitura Municipal de Palmas, com o objetivo de gerar emprego e renda.

3.3. Os Atrativos Naturais e Artificiais do Distrito de Taquaruçu.

Segundo Beni (2003), um atrativo turístico é:

“todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que provoca o deslocamento de indivíduos para conhecê-los. Ele deve ser um elemento que já recebe visitantes e que tem estrutura para proporcionar uma experiência de turismo, caso contrário ele deve ser considerado um recurso, natural ou artificial” (BENI, 2003, apud. MILAGRES, 2009, p. 64)

O distrito de Taquaruçu dispõe de muitos recursos turísticos, tanto naturais, quanto artificiais ou culturais. Ainda, segundo Beni (2003) e Milagres (2009), os atrativos artificiais podem ser subdivididos em: histórico-culturais, manifestações e usos tradicionais e

populares, realizações técnicas e científicas e acontecimentos programados, são constituídos de valores criados pela atividade do homem. Já, os atrativos naturais, são todos os recursos naturais disponíveis e aproveitados pela atividade do ecoturismo, são constituídos pelos elementos naturais físicos e biológicos (BENI, 2003; MILAGRES, 2009). Nesse sentido, o distrito de Taquaruçu dispõe de muitos recursos turísticos, mas, poucos são atrativos dotados de infraestrutura turística. Na Figura 06., pode-se, destacar algumas localidades do distrito, frequentadas pelos turistas na região.

Figura 06 – Portal de Entrada do Distrito de Taquaruçu, Palmas. Parque Infantil no Centro do Distrito / Cachoeira Raizana 6.3 . Fonte: Acervo Pessoal e Internet (2014).



Figura 07- Cachoeira Raizana 6.3 .



CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA DA PESQUISA

Para avaliar a percepção dos moradores sobre a paisagem local e sobre a atividade produtiva do ecoturismo e seus efeitos na paisagem e na vida da população foram aplicados questionários fechados direcionados, abordando o comportamento, os valores, os aspectos subjetivos da percepção, as experiências e as ações dos indivíduos, frente as questões ambientais e as transformações da paisagem. Ressalto que, o sujeito que percebe a paisagem no seu uso mais cotidiano e expressivo no distrito, que nos interessou nesta pesquisa, como os moradores, os empreendedores e os visitantes. A metodologia, parte da importância de diagnosticar o estado, a situação e a relação do homem com o meio ambiente, através da percepção ambiental.

A pesquisa baseou-se no princípio do “triângulo metodológico” (Figura 08) de Whyte (1977), que destaca as principais funções que o pesquisador deve executar: Ouvir, Perguntar e Observar. O pesquisador deverá sempre estar aberto, sem preconceitos estabelecidos, minimizando seus vícios, observando ações dos atores envolvidos, o meio ambiente, os fatores determinantes, as causas e efeitos.

O pesquisador crítico e ativo estará sempre questionando os fatos, testando suas hipóteses, perguntando sempre, aos seus investigados, informações durante o desenrolar da pesquisa. Contudo, o pesquisador deverá estar atento, ouvindo os envolvidos na pesquisa, sendo, receptivo às informações, que após analisadas, poderá dar início ao novo ciclo metodológico de investigação.

Figura 08– Triângulo Metodológico para Estudos de Percepção Ambiental



Nesse sentido, durante a pesquisa, foi preciso ouvir, perguntar e observar para chegarmos as considerações que contemplassem realmente a percepção do morador local, para subsidiar as ações públicas, o planejamento e a execução de projetos, nos processos futuros de gestão do turismo. A experiência do contato direto com o ambiente e com a população do distrito, neste trabalho é que determinou a percepção da paisagem e dos efeitos do ecoturismo na região, seja ela com base no aspecto visual, olfativo, auditivo, palativo ou tátil.

A pesquisa apresenta caráter qualitativo e quantitativo, ocorreu através da realização do trabalho de campo, com visita à comunidade local do distrito, para verificar e analisar de forma objetiva e subjetiva, a percepção ambiental dos indivíduos, o seu envolvimento, a forma como percebem a importância desta econômica como mecanismo de complementação e geração de rendas; também, analisou as necessidades de conservação dos recursos naturais e seus atrativos turísticos naturais e culturais, verificando, o grau de preservação do meio ambiente local, com objetivo de retratar a conscientização ambiental dos entrevistados, entre outras informações propostas na pesquisa.

Na primeira etapa foram realizadas as pesquisas bibliográficas, em livros, periódicos e em produção acadêmica, promovendo suas interpretações e contextualizações. Posteriormente, foi realizado o levantamento de dados e informações em materiais secundários como: relatórios técnicos, jornais, revistas e sites de internet, junto, as instituições públicas e privadas, entre outros. Após, iniciou-se a etapa de observação do pesquisador através de conversas sistemáticas formais e informais sobre o assunto com os moradores envolvidos em atividades ecoturística. Também, houve, o momento de participação do pesquisador em reuniões das associações de moradores, realizando, o levantamento e a análise de documentos disponibilizados como ATAS e outros. Também, a partir de conversas informais, também, foram levantadas informações e críticas dos moradores que estavam excluídos da atividade produtiva do ecoturismo.

Em um segundo momento, houve a aplicação de um questionário misto, com perguntas objetivas, e, também questões abertas com parte dos envolvidos na pesquisa, para verificar a percepção da comunidade em relação a importância da inclusão deles nas ações de tomadas de decisão na gestão participativa do ecoturismo no distrito. A pesquisadora abordou como os indivíduos envolvidos no setor, percebem a importância do meio ambiente nesse processo e se os mesmos visualizam a necessidade de se

preservar o meio ambiente local, através dos princípios de desenvolvimento sustentável.

Após, tabulados os dados dos questionários, foram realizadas as etapas de elaboração das representações das informações com tabelas, quadros e gráficos, com análises e interpretações dos dados. Também, foram apresentados os depoimentos dos moradores do distrito, a partir dos levantamentos realizados em jornais, noticiários e pessoalmente. Em seguida, os resultados foram discutidos, e, foram apresentadas as considerações finais da pesquisa.

CAPÍTULO 5 – INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. O Inventário e o Diagnóstico dos Atrativos Turísticos Naturais e Artificiais do Distrito de Taquaruçu.

No levantamento dos atrativos turísticos naturais e artificiais, após realizar pesquisas em periódicos, trabalhos científicos e documentos técnicos, dentre os recursos e/ou atrativos naturais foram inventariados seis vales com paisagens de rara beleza cênica, denominados: Vale do Sumidouro, Vale do Taquaruçu, Vale do Taquaruçu Grande, Vale do Mutum, Vale do Vai Quem Quer e Vale do Piabanha, autointitulado o distrito de “Admirável Vale das Águas” (VIEIRA, 2008, apud, MILAGRES, 2009, p.65).

Ainda, segundo Milagres (2009), cada vale contempla uma área composta por atrativos e ou recursos naturais como: quedas d’água, cachoeiras, montanha/serra, planalto/patamares, hidrografia/ribeirão, cascata e gruta. O Vale do Sumidouro compreende os atrativos que estão no distrito e no seu entorno próximo. Na Figura 09, observa-se o mapa de localização dos Recursos Naturais do Vale do Sumidouro, apresentado pela AMATUR, no ano de 2002.

Figura 09– Mapa Tocantins



Fonte: Mapa do Vale do Sumidouro, distrito de Taquaruçu. Elaborado por AMATUR, (2002).

Em 2008, a Agência Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Palmas, concluiu o inventário turístico do distrito de Taquaruçu, que revelou a existência de 61 pontos turísticos, ou atrativos naturais, sendo, 58 cachoeiras e três grandes pedras com inscrições rupestres. Para a realização do inventário, a Agência contou com a ajuda da Associação dos Apicultores de Taquaruçu, pois, estavam acostumados com a vivência nas matas. Os apicultores trouxeram informações sobre as belezas presentes numa área com raio de 23 Km no distrito. A meta da Agência foi de apresentar o diagnóstico turístico do local, apontando dados como demanda turística, capacidade de carga para a quantidade de bens naturais e demais orientações visando a preservação ambiental (VIEIRA, 2008).

As principais cachoeiras são a do Roncador (70 metros de altura) e do Escorrega Macaco (dez metros). Na serra de Taquaruçu, da Pedra do Pedro Paulo, é possível ter uma visão panorâmica do vale em que se encontra o Distrito. Pedro Paulo foi um seminarista que, de férias em Taquaruçu, todas as tardes, subia ao topo da serra, em cima da pedra em forma de altar, para tocar saxofone e entoar canções que eram ouvidas


em todo o vale.




Milagres (2009) destacou em sua pesquisa que dentre os recursos e/ou atrativos culturais existentes no distrito, destacam-se:




“a gastronomia, com alimentos e bebidas como o Arroz Maria Isabel, Paçoca, Beiju de Coco, Chambari, Mangulão, Mané Pelado, Canjica, doces e licores de frutas típicas; o artesanato de palmeiras do babaçu e do buriti como balaios, cofos, cestos, esteiras, petecas, bonecas, flores, chapéus, rebecas, carrinhos, colares, brincos, vassouras e redes; o folclore com a Roda de São Gonçalo, Festejos da Padroeira; e os acontecimentos programados como a Feira Artesanal da Serra, Festival Gastronômico, marchinhas, rezas e cantorias” (MILAGRES, 2009, p. 66).

Em Taquaruçu há restaurantes, bares e o Centro de Atendimento ao Turista - CATUR, com guias disponíveis para passeios. No quadro X, verificam-se alguns atrativos turísticos naturais e culturais do distrito, explorados e desenvolvidos na atividade de ecoturismo da região.

Quadro 1 – Atrativos Turísticos Naturais e Culturais do Distrito de Taquaruçu.

Atrativos Turísticos	Descrição	Ilustração
Pedra do Pedro Paulo	Localizado na ponta da Serra de Taquaruçu, a uma altitude de 600 metros do nível do mar. Sua escalada permite uma vista panorâmica de todo o Vale de Taquaruçu. A escalada pode ser feita pelas encostas da serra, sem o uso de cordas.	
Cachoeira escorrega macaco	Detalhe do Escorrega Macaco, cachoeira de	

	50 metros de altura, localizada em Taquaruçu, a 35 km de Palmas, capital do Tocantins	
Cachoeira da roncadeira	Queda d'água de aproximadamente 50 metros de altura, com pequeno poço para banho.	
Vale do vai quem-quer	Sequência de 12 saltos, que formam piscinas naturais de águas limpas e cristalinas. Oferece amplos espaços para acampamentos.	

Cachoeira de Taquaruçu	<p>O Córrego Taquaruçu forma uma bela cascata de águas refrescantes, cercado por uma rica vegetação. O local possui restaurante, banheiros, área de camping e estacionamento.</p>	
Cachoeira do Evilsom	<p>Queda d'água de 12 metros de altura, com poço convidativo ao banho. O lugar é de grande beleza, cercado por paredão coberto de samambaias, ideal para a prática de rapel.</p>	
Trilha do Hotel Fazenda encantada.	<p>Seis cachoeiras, a maior com 20 m, em meio à mata nativa. Tem poços para banho e prática de rapel aos domingos. Para todas as cachoeiras, o acesso é pela a rodovia TO-030</p>	

<p>Árvores Gigantes Amazônicas (+300 anos de existência)</p>	<p>Taquaruçu, a 35 km de Palmas, no Tocantins, abriga ecossistemas variados que incluem vegetação rasteira do cerrado, solo seco da caatinga do nordeste e até mesmo árvores gigantes amazônicas com mais de 300 anos de existência</p>	
<p>Artesanato local</p>	<p>Trabalhos artesanais feitos com capim dourado, um dos símbolos naturais do Tocantins, dentre outros artesanatos.</p>	
<p>Esporte de aventura</p>	<p>O cenário é ideal para a prática de esportes de aventura como tirolesa e rapel. A Tirolesa Vôo do Pontal é considerada uma das 5 maiores tirolesas do país, o percurso sobrevoa um vale de</p>	

	buritis percorrendo o total de 1.300 metros.	
Casa do artesão	<p>É um espaço criado para fortalecer o desenvolvimento social e econômico de Taquaruçu integrando atividades culturais, educacionais e sociais. Na casa acontecem cursos de capacitação e oficinas de diversos temas para a comunidade local, como: oficinas de manejo ambiental, culinária com produtos do cerrado, fitoterapia, saraus, exposições artísticas, aulas de educação sexual, capoeira, circo, entre outras.</p>	 

Fonte: Acervo de DIAS (2014), VIEIRA (2012), MARQUES (2013).

5.1.1. Atrativo Turístico Artificial ou Cultural – Festival Gastronômico de Taquaruçu



Um dos atrativos turísticos que tem contribuído para o desenvolvimento turístico do distrito e que tem promovido à região, atrelado ao ecoturismo, é o “Festival Gastronômico de Taquaruçu”, que acontece anualmente, no mês de agosto, e já entrou para a história. O Festival já está na 8ª edição e é considerado uma programação de eventos de alto nível, comparando-se a eventos tradicionais realizados em outros estados.

A Prefeitura ampliou o período do evento para cinco dias, com shows nacionais e regionais em todos os dias, com artistas do porte de Nando Reis, Paula Toller, entre outros. Ainda garantiu mais segurança e conforto no tráfego de veículos e pessoas, implantando um sistema de estacionamento e concessão de ônibus especiais para o distrito, garantindo assim o fim dos congestionamentos. E ainda, inovou ao implementar o Cozinha Show, em que os cozinheiros produziam suas receitas diante do público, como a vinda do chef Edu Guedes, apresentador da rede de televisão Record. O “Cozinha Show” foi um projeto realizado por meio da parceria entre a Agência Municipal de Turismo (Agtur) e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), onde, ocorreu a realização de várias oficinas, em uma estrutura montada na Praça Joaquim Maracaípe, compatíveis a uma cozinha completa, onde, os chefs ensinaram a preparação de pratos ao vivo.

O “Festival de Gastronômico de Taquaruçu tornou-se uma referência na região, show de gostos e encantos ao modo tocantinense de ser, misto de muitas culturas agregadas e com um jeitinho todo particular, com todo o sabor da nossa terra”, são palavras de vários moradores do distrito. No evento anual, também, foi realizado um concurso culinário, com o objetivo de divulgar os pratos de comidas típicas da região, especialmente, produzidos com ingredientes típicos do Cerrado Brasileiro, buscando, sempre divulgar os sabores da comida tocantinense. Nesta edição, participam do festival, 59 receitas, sendo 39 salgadas e 20 doces. Havia ainda, na praça Joaquim Maracaípe, 20 barracas, onde, foram comercializados artesanatos e produtos alimentícios da região. A prefeitura de Palmas declarou que a premiação, aos vencedores do concurso, foi de R\$ 21 mil, nas duas categorias.

A figura 10 apresenta a lista dos melhores pratos típicos da região, vencedores, nas categorias de pratos doce e salgado. Na modalidade de prato doce, sobremesa típica do cerrado, em 1º lugar ficou o Pudim Crocante de Babaçu, na categoria prato salgado, o vencedor foi o Pastel Caipirão.

Quadro 2 – Classificação dos Pratos Típicos da Região Vencedores do 8º Festival

Prato Salgado - Vencedores	PASTEL CAIPIRÃO
<p>1º lugar - Pastel Caipirão</p> <p>2º lugar - Taquarepuba</p> <p>3º lugar - Perú-Açu</p> <p>4º lugar - Cuscuz Recheado</p>	
Prato Doce - Vencedores	PUDIM CROCANTE DE BABAÇU
<p>1º lugar - Pudim Crocante de Babaçu</p> <p>2º lugar - Amor do Pedaco</p> <p>3º lugar - Ambrosia de Maracujá</p>	

Fonte: Fotografia Antônio Gonçalves (2014).

Os comerciantes do distrito comemoraram com o sucesso de vendas no 8º Festival Gastronômico de Taquaruçu. A chef Maria Irene Florentino trouxe a receita tradicional da família de “Galinha caipira com pequi”. Ela declarou que: “Esta é uma receita da minha

avó, que passou para minha mãe e eu aprendi. No primeiro dia tivemos que fazer mais galinha caipira, fez muito sucesso.

As vendas superaram as nossas expectativas”. O prato típico foi servido com arroz branco e salada de tomate e para quem gosta de pimenta, a chef preparou uma conserva de pimenta malagueta para acompanhar o prato. A chef Maria Cícera Batista Silva apresentou seu prato, o “Panquecarão”, panqueca de camarão com creme de abóbora, que foi destaque nas vendas. “Claro que nosso objetivo é vencer o Festival e a quanto mais vendemos é sinal que está agradando o público. O movimento está ótimo”, afirmou Maria.

A chef Erlândia Gomes de Sousa preparou o prato, conhecido como o “Frango milhão”. Ela contou que o prato, também, tem sido um sucesso no festival. “É uma receita inédita desenvolvida para o Festival e a aceitação está muito boa. Vendemos muito e a expectativa é cada dia aumentar mais”. A receita consiste no frango recheado com presunto e queijo e é servido com creme de milho, batata palha e arroz. Na Figura X, pode-se observar algumas fotografias tiradas do festival.

Figura 10 – Fotografias do 8º Festival Gastronômico de Taquaruçu



Fonte: Chef Maria Irene Florentino - “Galinha caipira com pequi”; Praça Joaquim

Maracaípe; Show de Paula Toller; Programa Cozinha Show com o chef Edu Guedes. Agência de Turismo de Palmas – Agtur (2014).

5.2. O Estado dos Recursos Naturais, Degradação Ambiental e a Importância da Proteção Ambiental no Distrito de Taquaruçu.

No distrito de Taquaruçu observa-se por parte da população local, grande preocupação e foco na gestão turística para que se promova um ecoturismo na região, centrado na conservação dos recursos naturais, culturais e paisagísticos. A proteção ambiental é defendida pela maioria da comunidade como condições essenciais para um turismo de qualidade, sendo, o ecoturismo a principal aptidão econômica da área de estudo. Conforme AMATUR (2000), o aproveitamento turístico do distrito de Taquaruçu tem como premissas:

“um turismo cujos benefícios econômicos sejam satisfatoriamente distribuídos entre todos os envolvidos da comunidade; um turismo participativo, reconhecendo o direito e o dever da população de se engajar no processo de desenvolvimento e gerenciamento; um turismo sustentável, de longo prazo, das áreas de destinação, em detrimento dos ganhos de curto prazo” (AMATUR, 2000).

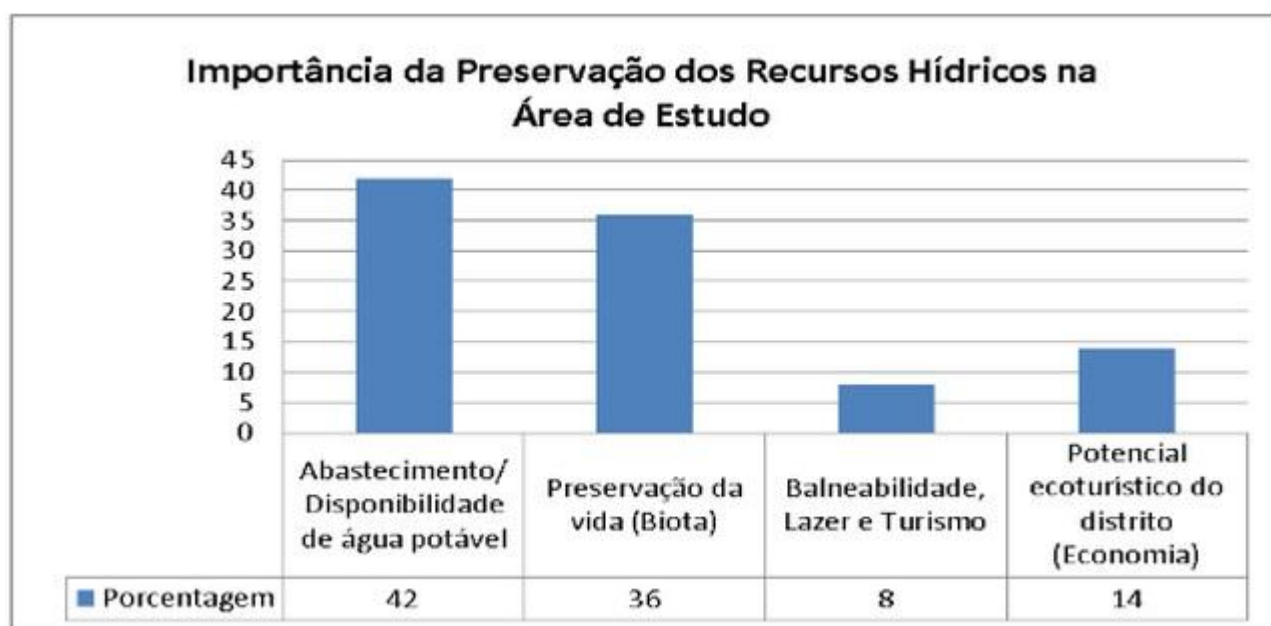
Com a implantação do Pólo Ecoturístico de Taquaruçu, em 2002, houve uma melhoria da qualidade de vida da comunidade local que passou a experimentar a intensa procura das pessoas pelos atrativos naturais de Taquaruçu, especificamente os balneários, mas, a atividade trouxe ao distrito consequências negativas dessa procura, a degradação ambiental.

Sendo assim, ficou evidente nesta pesquisa a necessidade de se realizar um diagnóstico ambiental na região, sendo, apresentados a seguir as causas e efeitos que geram ou possam gerar impactos nocivos e significativos aos recursos naturais explorados na atividade econômica do ecoturismo. Verificou-se, durante as visitas de campo no distrito, que um dos maiores impactos ambientais na região é a poluição e contaminação dos corpos hídricos, responsável pelo abastecimento de água potável para o distrito, principalmente, o abastecimento de água para boa parte da população localizada na área urbana do município de Palmas.

No que diz respeito à importância da preservação dos recursos naturais, especialmente, dos corpos hídricos, a pesquisa realizada por Chaves e Soares Neto (2010), intitulada “Uma Análise de Causa e Efeito da Questão Ambiental do Ribeirão

Taquaruçuzinho”, onde, também, utilizei a mesma metodologia de pesquisa, a partir de questionários aplicados com os moradores e turistas da micro-bacia onde se encontra a área de estudo, observam-se as seguintes preocupações dos entrevistados e resultados: 42% dos entrevistados manifestaram temor sobre escassez de água potável para a população do distrito urbano de Taquaruçu e para os moradores dos bairros da região centro sul da cidade de Palmas, abastecida pela Estação de Tratamento de Água (ETA) 06, localizada no Ribeirão Taquaruçu Grande; em seguida; 36% dos entrevistados relataram a preocupação com a preservação da vida (biota); em seguida, 14% dos entrevistados manifestaram preocupação com manutenção dos atrativos ecoturísticos do distrito de Taquaruçu para o lazer; e com 08% dos entrevistados tiveram uma preocupação mais abrangente, citando a disponibilidade da água potável aliado ao lazer e turismo, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 01: Motivos e Importância da Preservação dos Recursos Hídricos na Área de Estudo.



Fonte: Elaboração de DIAS (2014).

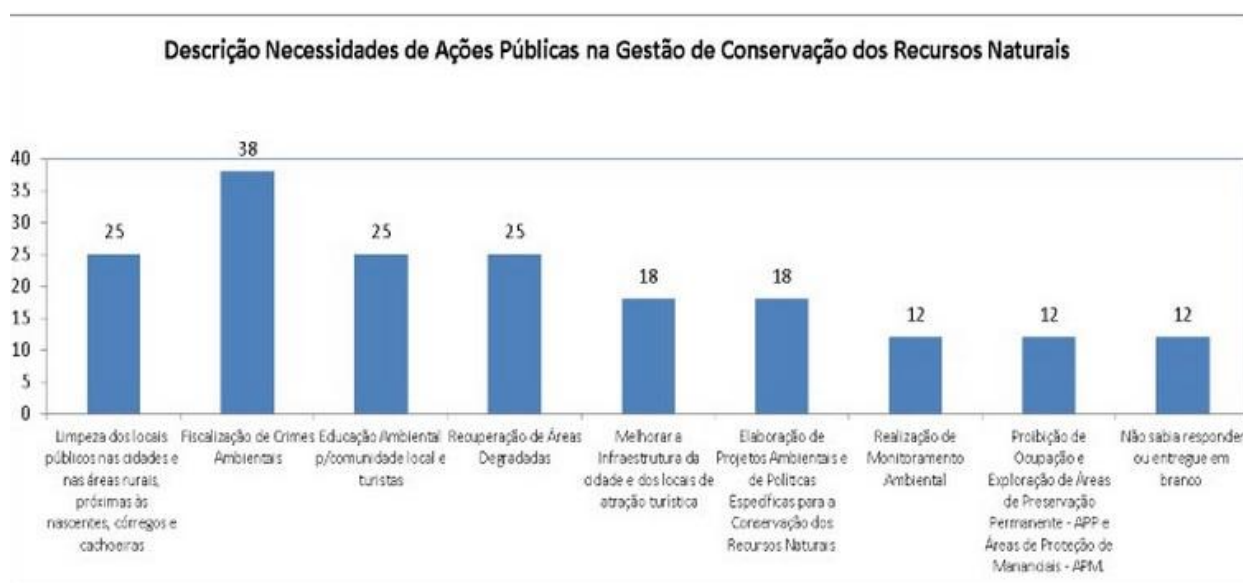
5.3. Ações Públicas e a Responsabilidade do Poder Público no Desenvolvimento do Ecoturismo na Região.

Em relação às ações públicas e à responsabilidade do poder público, frente às ações e empreendimentos para minimização dos impactos ambientais negativos do

ecoturismo, ou seja, referente às medidas que devem ser executadas de prevenção e combate aos impactos, 38% dos entrevistados, moradores do distrito urbano e turistas, destacaram a necessidade de intensificar a fiscalização na ocorrência de crimes ambientais, por parte dos órgãos competentes; 25% dos entrevistados defenderam a realização de limpeza pública, não somente nas vias urbanas, mas também nas áreas rurais próximas às nascentes, córregos e cachoeiras; também, cerca de 25% dos entrevistados destacaram a importância da realização de educação ambiental para toda comunidade local e com os visitantes; ainda, cerca de 25% solicitavam ações concretas para recuperação de áreas degradadas do distrito de Taquaruçu; outras duas respostas tiveram 18% de nível de importância na escala de 100%, entre as variáveis apresentadas, sendo, a necessidade de melhorar a infraestrutura da cidade e dos locais de atração turística no distrito e a necessidade de elaboração e execução de projetos ou políticas específicas para a conservação dos corpos hídricos; por fim, três temas obtiveram 12% de importância na escala, como a necessidade de realização de monitoramento ambiental, do cercamento e proibição de exploração do ecoturismo em Áreas de Preservação Permanente – APPs e Áreas de Proteção de Mananciais – APMs, e, também, a alternativa de que os demais entrevistados não souberam opinar ou não responderam.

Contudo, o gráfico (gráfico 02) apresenta em escala de importância as estatísticas referentes as necessidades de execuções de ações e medidas pelo poder público em defesa a conservação dos recursos naturais, especialmente, os recursos hídricos da região.

Gráfico 02 – Nível de Importância das Ações Públicas de Proteção dos Recursos Naturais e as Responsabilidades do Poder Público.



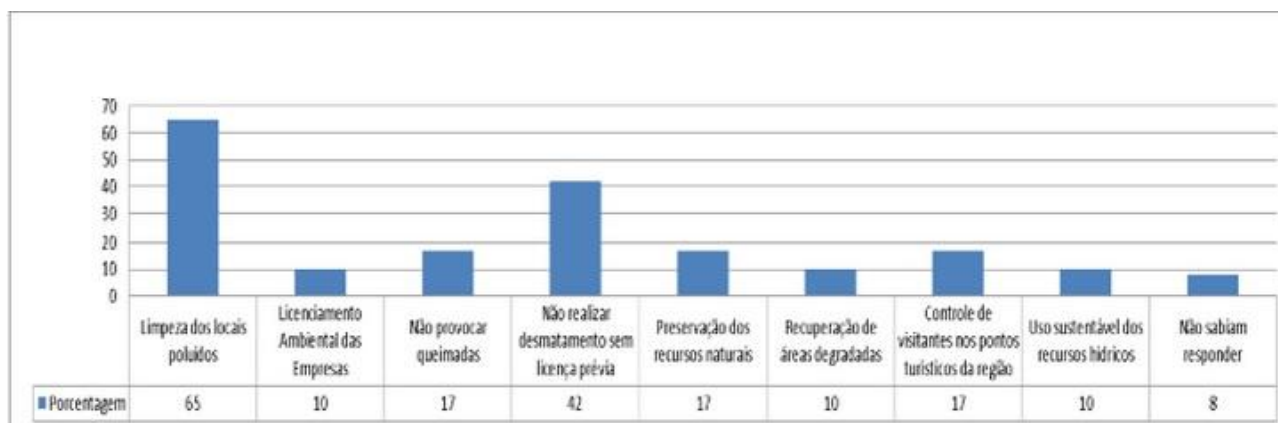
Fonte: Elaborado por DIAS (2014).

5.4. Ações Particulares e as Responsabilidades Coletivas, dos Moradores e Turistas, para a Preservação dos Recursos Naturais e Desenvolvimento do Ecoturismo na Região.

Os entrevistados foram avaliados sobre quais eram as suas atribuições ou responsabilidades frente à preservação dos recursos naturais existentes no distrito. Assim, pode-se, observar o grau de conscientização ambiental, dos moradores e visitantes, e sua importância nas ações concretas de preservação da natureza. Contudo, os resultados tabulados foram: 65% dos entrevistados defenderam a obrigação de todos realizarem a limpeza dos resíduos gerados pelos passeios, lazer e demais atividades envolvidas no ecoturismo da região; 42% dos entrevistados ressaltaram que, em casos de real necessidade de desmatamento da vegetação, o responsável deverá solicitar a devida autorização pelo órgão ambiental competente, ficando responsável pela implantação das medidas mitigadoras para impedir a ocorrência de processos erosivos, sulcos, ravinas e voçorocas, assoreamentos dos rios, incêndios, destruição de nascentes, dentre outros impactos; 17% dos entrevistados defenderam a importância da conservação da vegetação nativa, de não provocarem queimadas ou incêndios, o desmatamento de matas ciliares e de galeria e o controle da visitação em pontos de atração turística, paredões, cachoeiras, nascentes e veredas, considerados áreas vulneráveis a ação predatória do homem; ainda, foram identificadas as respostas menos mencionadas, com menos de 10% de escolha pelos entrevistados, foram a importância de cada empreendedor realizar o licenciamento ambiental de sua empresa, pois, gera gastos financeiros e gera encargos, a necessidade de realizar a recuperação das áreas degradadas, a

importância de se desenvolver ações de controle e prevenção dos impactos por parte dos usuários do ecoturismo na região, e, por fim, o uso sustentável dos recursos hídricos existentes, com a meta de reduzir os índices de poluição e contaminação das águas. No gráfico (Figura 4), observa-se, a distribuição e o nível de importância quanto a responsabilidades dos empreendedores, moradores e visitantes, frente à conservação dos recursos naturais do distrito de Taquaruçu.

Gráfico 03 – Responsabilidades dos Empreendedores, Moradores e Visitantes na Conservação dos Recursos Naturais do Distrito de Taquaruçu.

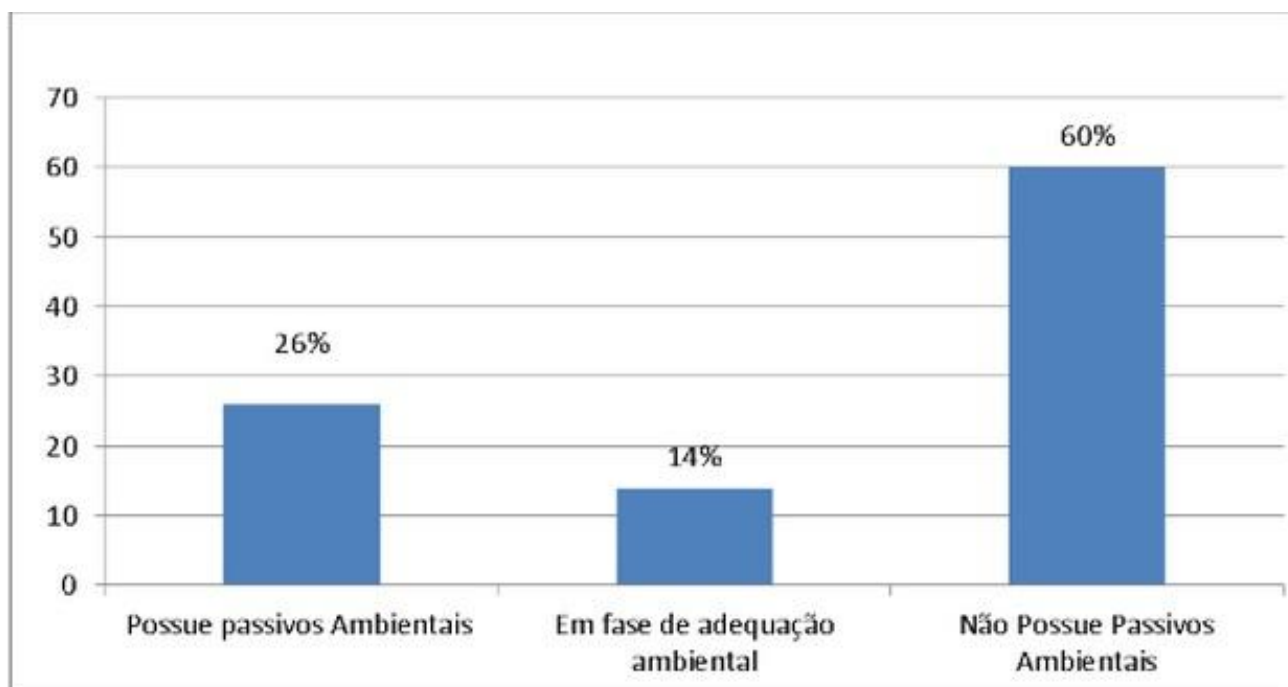


Fonte: Elaborado por DIAS (2014).

5.5. O Estado Ambiental nas Áreas Urbanas e nas Áreas de Atração Turística do Distrito de Taquaruçu.

Ao analisar a situação ambiental do distrito, após instalação da atividade econômica do ecoturismo, observa-se que a partir da percepção ambiental dos entrevistados, 60% consideraram que o distrito não apresenta graves problemas ambientais, isto é, não possui passivos ambientais de alto grau de degradação; 26% dos entrevistados destacaram que o distrito possui passivos ambientais graves, como os impactos relacionados ao acondicionamento incorreto e de forma irregular dos resíduos sólidos gerados, a existência de erosão nos vales e próximas aos rios, assoreamento e redução da lâmina d'água dos rios, desmatamentos em áreas de APP e APM, presença crescente de ocupações irregulares com construções de moradias; e, 14% dos entrevistados destacaram que no distrito, já estão sendo aplicadas medidas corretivas como recuperação de áreas degradadas e regeneração natural dos recursos naturais, a partir, da capacidade e do avanço de resiliência de cada ecossistema local. No gráfico (Figura 5) pode ser observada a situação ambiental ou estado ambiental nas áreas urbanas e nas áreas de atração turística do distrito de Taquaruçu, segundo a percepção ambiental dos entrevistados.

Gráfico 04 – Situação Ambiental do Distrito de Taquaruçu, segundo a Percepção Ambiental dos Moradores, Visitantes e Empreendedores.



Fonte: Elaborado por DIAS (2014).

5.6. Críticas e Ações Públicas de Planejamento e Desenvolvimento do Ecoturismo em Taquaruçu pela Prefeitura Local de Palmas

A partir de informações formais e informais, a partir de 2002, os gestores públicos municipais, a partir da mobilização comunitária, promoveram melhorias nas condições socioeconômicas do distrito, identificando as vocações e potencialidades turísticas, através de um plano de ações para o desenvolvimento turístico receptivo de Taquaruçu. Milagres (2009), destacou que o Pólo Ecoturístico de Taquaruçu é fruto de um projeto apresentado a todos os empresários do município ligados ao turismo e às pessoas interessadas em investir no local. Já, Dourados (2004) destacou que a população não participou do processo de discussão e elaboração do projeto junto com os gestores públicos. Uma das maiores críticas apresentadas, foi que o ecoturismo na região gerou grandes expectativas com relação ao desenvolvimento local, nos campos social e econômico, mas, muitos consideram que os resultados foram negativos, não atendendo a está hipótese apresentada, onde, o cenário imaginado, não correspondia à realidade local. Ao inventariar a oferta turística do distrito, os gestores municipais levantaram informações sobre os atrativos, os equipamentos e serviços e a infraestrutura básica de apoio e ao caracterizar a demanda turística, foram levantadas informações sobre os gostos,

preferências e o comportamento dos turistas (AMATUR, 2002).

A elaboração do Diagnóstico Turístico de Taquaruçu, lançado em 2002, pela Prefeitura Municipal de Palmas, que propõe um plano estratégico de ações e parcerias para o desenvolvimento do ecoturismo e a implantação do Pólo Ecoturístico de Taquaruçu, foi norteadado pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (1995-1998 e 1999-2002) e pelo Programa Nacional de Regionalização do Turismo – PNRT (2003-2006 e 2007-2010). Contudo, ambos os programas e o próprio Plano Nacional de Turismo – PNT (2007-2010), que tinham como tema a inclusão, não preconizam estudos sobre a percepção ambiental da comunidade local, somente, preconizam os estudos sobre oferta turística e perfil da demanda turística, o que prejudica, intensamente, a Gestão do Ecoturismo em Taquaruçu.

No entanto, saber como os indivíduos e grupos sociais percebem o ambiente em que vivem e suas fontes de satisfação e insatisfação é fundamental, para a realização de um trabalho com bases locais, partindo da realidade da comunidade receptora (FRAGGIONATO, 2008, apud. MILAGRES, 2009, p. 68). Atualmente, percebe-se na comunidade “um misto de revolta e de decepção”, pois, a perspectiva de melhores condições de vida, alimentada pela população do distrito durou pouco, “para ser mais precisa, durou apenas um ano”, de 2001 a 2002 (DOURADO, 2004, p. 2).

As audiências públicas e as reuniões com a comunidade local foram realizadas, mas, apenas com o objetivo de comunicar a comunidade sobre o projeto ecoturístico e não para discutí-lo. Isto ocasionou a não participação efetiva da comunidade no processo de discussão e elaboração do projeto, prejudicando o desenvolvimento do mesmo. Assim, a principal crítica identificada pelos moradores foi que a comunidade local não foi ouvida sobre a sua possível identidade com a atividade turística e seus efeitos, nem levaram em consideração, seus valores, seus comportamentos, suas escolhas e preferências. No olhar dos gestores municipais, a riqueza natural das paisagens de Taquaruçu parece inesgotável, mas, para a população local a realidade é outra. No geral, os moradores estão preocupados com a conservação dos recursos naturais, são conscientes dos impactos gerados e das ações que devem ser executadas para minimizar os impactos gerados pelo setor.

Frente às críticas e reivindicações apresentadas pela comunidade, a Prefeitura de Palmas, investiu em obras de infraestrutura no distrito, como: a restauração das praças, instalação de um centro de atendimento para informações turísticas e a instalação do Portal das Pedras na entrada do Distrito. As fachadas e janelas das casas foram pintadas e os artesãos ganharam um centro de recepção para expor e vender seus produtos.

Ações de ampliação de infraestrutura para o turismo receptivo de Taquaruçu vêm crescendo rapidamente, onde, destaca-se como exemplo, o empreendimento de médio porte, a Fazenda Encantada, um projeto ecoturístico numa área de proteção ambiental a 660 metros de altitude, na cabeceira do rio Taquaruçu Grande. A fazenda dispõe de água e energia e abriga cinco cachoeiras grandes, várias cascatas, campos de futebol e 6 Km de trilhas.

Ainda, dentro da proposta de investir no desenvolvimento do ecoturismo, a Prefeitura de Palmas, respaldada por ações efetivas pela Amatur (Agência de Meio Ambiente e Turismo), deu mais um importante passo com a divulgação do projeto Pólo Ecoturístico do distrito de Taquaruçu. A apresentação foi direcionada aos empresários do ramo imobiliário. A comitiva visitou pontos turísticos e viu um documentário em vídeo sobre as potencialidades ecoturísticas do distrito, com destaque para entrega de certificados aos participantes do curso de Trilheiros e a inauguração do Centro de Atendimento ao Turista. A Guarda Metropolitana de Palmas lançou o Programa Guarda Ecoturística de Taquaruçu, que passou a auxiliar nas ações de conservação e preservação dos atrativos naturais e culturais da região.

Contudo, segundo Vieira (2008), a Prefeitura de Palmas, através da Agência de Meio Ambiente e Turismo, tem realizado uma série de ações para a efetiva implantação do Pólo Ecoturístico de Taquaruçu, como: - Diagnóstico - Com o propósito de definir os programas, planos e projetos para a implementação do Pólo Ecoturístico; - Inventário - Inventariou mais de 82 atrativos naturais, na sua maioria cachoeiras permanentes, possíveis de serem exploradas turisticamente; - Revitalização - Todo o centro do distrito foi revitalizado. As casas do entorno receberam pinturas novas e a Praça Joaquim Maracaípe foi reformada, adquirindo ajardinamento, iluminação, quiosques, bancos e uma cascata; - Capacitação da Comunidade Residente - A Prefeitura de Palmas, em parceria com o Governo do Estado, desenvolveu um programa de capacitação profissional para a comunidade, oferecendo vários cursos. Dentre eles, o de atendimento ao turista, condutores em trilhas, camareiras, recepcionista de pousadas e de hotéis, gestão empresarial para o turismo, garçon e garçonne e oficina da comunidade, atendendo a uma demanda de mais de 265 pessoas; - Abertura De Trilhas - Através deste projeto, foram abertos 6.078 metros de trilhas, que levam a sete atrativos turísticos. Em todas, bem como nos atrativos naturais que motivaram a abertura delas, foram realizados estudos de capacidade de carga por técnicos da prefeitura, de forma a garantir o uso sustentável dos recursos naturais; - Guias - A Prefeitura de Palmas incentivou a criação da Associação dos Guias Locais de Taquaruçu - Aguitur, formada por moradores

residentes no distrito; e, - Centro De Atendimento - Para melhor atender ao turista que procura Taquaruçu, a prefeitura construiu um Centro de Atendimento ao Turista, com equipamentos de multimídia, material de divulgação e informação. O centro também abriga a Associação dos Guias Locais de Taquaruçu.

No mês de agosto de 2014, foi assinado um convênio entre a Prefeitura Municipal de Palmas e o Serviço Nacional de Apoio a Micro e Pequenas Empresas de Tocantins - Sebrae, para promover a execução de um Projeto de Estruturação do Pólo Turístico de Taquaruçu. O projeto será desenvolvido no período de 2014 a 2017, e transformará Taquaruçu, o principal destino do Ecoturismo do Estado de Tocantins. Segundo depoimentos, o prefeito de Palmas, Carlos Amastha, destacou a importância da participação do Sebrae no projeto. “Nós escolhemos o melhor parceiro. O Sebrae é uma instituição reconhecida mundialmente. Possui especialistas no assunto e vai nos ajudar a desenvolver as potencialidades da região e consolidá-la no segmento do ecoturismo”. O gestor falou do momento que o Distrito de Taquaruçu vive. “Este é um momento histórico para Taquaruçu, inicia-se a profissionalização turística local com foco no crescimento econômico e qualidade de vida da comunidade. Temos investido para que a comunidade possa viver melhor e, ao mesmo tempo, receber bem pessoas do Brasil e do mundo”, afirmou Amastha. Já, Cristiano Rodrigues (2014), presidente da Agência Municipal de Turismo de Palmas (Agtur), falou das atividades a serem desenvolvidas pelas equipes da Prefeitura e do Sebrae durante a implantação do Polo. “Temos um cronograma de quatro anos de atividades, onde, realizaremos treinamentos/capacitações e investimentos estruturais em parceria com a comunidade local. Não adianta implantar o Polo Turístico se não houver participação dos moradores. É preciso que haja sentimento de pertencimento na comunidade”, frisou Rodrigues.

Roberto Pires (Figura 11), presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Tocantins, destacou que, a instituição “vê com bons olhos este projeto e sabe da relevância do mesmo para a região em que está inserido”. Em relação aos investimentos da ordem de R\$ 5 milhões, ele afirmou que a maior parte dos recursos será empregada em capacitação, visando ofertar serviços de excelência aos visitantes. “O Ecoturismo está em plena expansão com faturamento de R\$ 260 bilhões anuais no mundo inteiro. Nossa intenção é capacitar 250 microempreendedores, que atuarão com restaurantes, pousadas, guias turísticos e outros”.

Figura 11 – Apresentação do Novo Projeto de Reestruturação do Polo Turístico de Taquaruçu, pelo Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae (2014). Amashta e Roberto Pires, do Sebrae, durante a assinatura do convênio para implantação do Polo Ecoturístico de Taquaruçu (2014).



Fonte: Acervo de Isac Maciel (2014), Agência Sebrae de Notícias; Antonio Gonçalves/Secom Palmas (2014).

A Prefeitura Municipal de Palmas destacou que a primeira etapa do projeto será a realização de um diagnóstico, que deverá identificar oportunidades, contemplar o cenário atual de atendimento ao turista e as necessidades de regulamentação do setor. Além disso, visa incluir o mapeamento georreferenciado dos atrativos naturais e seus acessos, atualizar a descrição das características físicas, nível de dificuldade de trilhas de acessos, elaborar capacidade de carga dos atrativos, do fluxo de pessoas e a construção de destinos turísticos para orientar o desenvolvimento das potencialidades. Contudo, a partir dos dados levantados pelo diagnóstico, serão desenvolvidas ações de relevância e eficácia junto à comunidade. Essa atuação será com ênfase na formação e fortalecimento de redes de empreendedores, articulando parcerias locais e identificando novas oportunidades de atuação, além de orientação aos empreendedores e disseminação de conhecimento (SHANE, 2014). Também, foi escolhido e empossado o “Comitê Gestor do projeto de Estruturação do Polo Ecoturístico de Taquaruçu, em 11/08/2014, no Centro de Atendimento ao Turista, localizado na Praça Vereador Tarcísio, no distrito”. O Comitê é composto por representantes dos órgãos municipais, estaduais, federais e do setor de turístico. O Comitê (Figura X) foi instituído para garantir a participação social e o acompanhamento das ações e atividades previstas no cronograma do projeto.

Figura 12 - Comitê Gestor do Projeto de Estruturação do Polo Ecoturístico de Taquaruçu.



Fonte: Acervo de Daianni Parreira.

Além dos membros empossados (Figura X), estiveram presentes membros da comunidade, que apresentaram suas opiniões sobre o potencial turístico da região. Para o presidente da Agência Municipal de Turismo, Cristiano Rodrigues, o momento é oportuno para que todos se unam. “Em cada fase do projeto serão feitas discussões com a comunidade para um debate mais amplo, contudo, de forma objetiva”, explicou. Os membros do Comitê Gestor assumiram os seguintes compromissos: a realização, mobilização e articulação institucional com os diversos atores que possam ser demandados no projeto; a responsabilização pelos resultados, qualidade e prazos de entrega das ações do projeto; a disponibilização de informações e estudos técnicos realizados por instituições públicas e privadas da região. Todos, Prefeitura de Palmas, membros da Agtur e o Sebrae, assumiram a responsabilidade de desenvolverem o ecoturismo no distrito, a partir da ampliação e melhoria dos produtos e serviços ofertados pelas micro e pequenas empresas do setor de turismo, contribuindo, assim, para o desenvolvimento socioeconômico do Município.

Contudo, a previsão é de mais de R\$ 5 milhões em investimentos, que estimularão o empreendedorismo, gerarão emprego e renda, promoverá a inclusão social e contribuirá

para o desenvolvimento e promoção de produtos associados ao turismo. A previsão é que o projeto seja realizado em quatro anos, tendo conclusão em dezembro de 2017.

A primeira ação do projeto prevista neste ano, foi a visita técnica ao Polo de Ecoturismo de Bonito, Mato Grosso do Sul, realizada entre 19 a 23 de novembro, com o objetivo de vivenciar, interagir e observar as melhores práticas do setor ecoturístico. O quadro X apresenta a composição do Comitê Gestor do Projeto de Estruturação do Polo Ecoturístico e Produtivo de Taquaruçu, com a participação dos representantes das instituições públicas e dos representantes da comunidade local. Quadro X - Membros do Comitê Gestor. Composição do Comitê Gestor do Projeto de Estruturação do Polo Ecoturístico e Produtivo de Taquaruçu:

Quadro 03- Composição do Comitê Gestor do Projeto de Estruturação do Polo Ecoturístico e Produtivo de Taquaruçu:

Composição do Comitê Gestor do Projeto de Estruturação do Polo Ecoturístico e Produtivo de Taquaruçu:
Márcia Rodrigues de Paula/ Diretora Superintendente do Sebrae/TO
Maria Emilia Mendonça Jaber/ Diretora Técnica do Sebrae/TO
Cristiano Rodrigues/ Presidente da Agência Municipal de Turismo
Adriana Ramos/ Superintendente da Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins
Stalin Beze Bucar/ Presidente do Instituto Natureza do Tocantins
Miyuki Hyashida /Presidente do Instituto do Desenvolvimento Rural do Tocantins
Ruiter Padua/ Secretário da Agricultura e Pecuária do Tocantins
Alexandre T. Moraes Rodrigues/ Secretário do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Tocantins
Gerson Alves de Sousa/ Presidente da Fundação Cultural de Palmas
Luiz Masaru Hayakawa/ Presidente do Instituto Municipal de Planejamento Ur-

<p>bano de Palmas</p> <p>Alessandro Lacerda/ Secretário Municipal de Habitação</p> <p>Roberto Jorge Sahium/ Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural</p>
<p>Representantes da Comunidade Local no Comitê Gestor (Grupos formais e informais de Cultura)</p>
<p>Agências, guias e condutores de turismo em Taquaruçu</p> <p>Titular - André Luiz de Souza Almeida (Agência Ecotrilha)</p> <p>Suplente - Francisco Camilo Lemes (Rapel na Cachoeira do Roncador)</p> <p>Associação de Artesãos, produtores rurais e assentamentos</p> <p>Titular - Juscelina de Araújo (ANFETAQ - Associação das Mulheres Feirantes de Taquaruçu)</p> <p>Suplente - Neuza Silva Gomes Neuza (Companhia e Artesanato)</p> <p>Atrativo turístico</p> <p>Titular - Anézio Moura Reiz (Cachoeira Taquaruçu)</p> <p>Suplente - Neusival Mendes Batista (Cachoeira da Rocandeira)</p> <p>Bares e Restaurantes</p> <p>Titular - Patrícia Bárbara Meurer (Restaurante Mandala)</p> <p>Suplente - Elizeu Augusto de Oliveira (Restaurante Sabor da Terra)</p> <p>Meio de Hospedagem</p> <p>Titular - Fabiano Souza</p> <p>Suplente - Juliane Vieira Matubara (Pousada Recanto Oriental)</p>

Em entrevista com o Gerente de Turismo, em linhas gerais o que ficou claro é que

existem algumas políticas planejadas para o distrito. No entanto, existe a preocupação com a falta de envolvimento da comunidade e de empreendedorismo por parte dos envolvidos na atividade do ecoturismo. Informa, ainda, que existem parcerias da Prefeitura de Palmas com órgãos como SEBRAE, SENAC, SENAI, Fundação Natureza do Tocantins - NATURATINS, Secretaria de Planejamento e Meio ambiente – SEPLAN e Secretaria de Estado do Turismo - SETUR, cujas contrapartidas são definidas conforme acordo realizado com a AMATUR, com o objetivo de operacionalizar as atividades planejadas para o distrito (TOLEDO, 2014).

Ainda, frente às ações de políticas públicas de planejamento, execução e desenvolvimento do ecoturismo na região, regulando a gestão turística no Estado de Tocantins, foi instituída pela Lei nº 1.630, de 05/dezembro/2005, a criação da Agência de Desenvolvimento Turístico – ADATUR. A ADATUR é uma autarquia pública, sob-regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito público, com sede e foro em Palmas, Capital do Estado, é dirigida atualmente por Adriana Arantes Batista Ramos, que responde como Presidente da Agência.

A Agência tem por finalidade promover e sustentar o turismo no Estado, como também no distrito de Taquaruçu, observando suas potencialidades e singularidades, para a formatação e comercialização dos produtos e estruturação dos serviços turísticos em nível regional, nacional e internacional. Segundo o Governo Estadual de Tocantins, as competências da Agência de Desenvolvimento Turístico são:

I - desenvolver, de forma sustentável, o turismo no Estado, através de suas regiões turísticas, proporcionando condições às prefeituras e comunidades locais, de realizarem ações estratégicas do plano estadual de turismo;

II - executar a política estadual de incentivo ao turismo, visando ordenar, regulamentar, normatizar e incentivar investimentos no setor;

III - proporcionar o crescimento e fortalecimento do turismo, visando aumentar a geração de renda, o mercado de trabalho e a melhoria das condições de vida da população;

IV - incentivar a participação da comunidade no processo de desenvolvimento, valorização e conservação do patrimônio natural, cultural e científico da região;

V - fomentar o desenvolvimento do turismo no Estado, promovendo eventos nas regiões turísticas, com divulgação em nível local, regional, nacional e internacional, de acordo com a vocação turística de cada município;

VI - planejar e desenvolver programas e projetos em conjunto com organismos

públicos e privados, com objetivo de desenvolver empreendimentos turísticos no Estado;

VII- capacitar e apoiar os municípios para gestão dos serviços de turismo, de acordo com as suas potencialidades e estruturas;

VIII- participar de projetos e programas turísticos coordenados pelo governo federal e promover o intercâmbio com os demais órgãos de turismo municipais, estaduais, nacionais e internacionais;

IX - pesquisar e captar fontes de recursos junto ao governo federal, e demais organismos internacionais, públicos ou privados, para fomentar as atividades turísticas no Estado;

X - gerir os recursos financeiros públicos destinados ao turismo; XI - promover: a) a integração das políticas de turismo com as demais políticas estaduais, em especial as relativas ao meio ambiente; b) os produtos e roteiros da participação em eventos regionais, nacionais e internacionais;

XII - manter banco de dados de atividades turísticas, para divulgar e promover novos empreendimentos;

XIII- garantir padrões internacionais de qualidade na prestação de serviços turísticos, e contribuir para o aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados no Estado, tornando-os compatíveis com as características do mercado e os investimentos em turismo;

XIV- planejar, coordenar e acompanhar a política e ações de ecoturismo. Contudo, a Agência de Desenvolvimento Turístico do Estado de Tocantins tem como missão principal, tornar a atividade turística um importante instrumento de desenvolvimento econômico para o Estado por meio da elaboração e gestão de políticas públicas que promovam o turismo como atividade sustentável.

5.7. A Percepção da Comunidade e os Efeitos do Ecoturismo em Taquaruçu.

Nesta pesquisa, também, foram levantadas em jornais, entrevistas e conversas informais, informações sobre o sistema de valores da comunidade de Taquaruçu, com relação aos efeitos do ecoturismo nas paisagens locais. A percepção ambiental dos moradores, diante das transformações e mudanças na paisagem, condiciona as ações concretas e os comportamentos dos indivíduos residentes no distrito.

No início com a implantação do ecoturismo, o imaginário coletivo da comunidade do distrito de Taquaruçu, em geral, centrava-se na ideia de desenvolvimento para a região. Nesta época, houve o “boom do ecoturismo”, onde, moradores do distrito, pessoas vindas

do próprio estado e de outros estados brasileiros, investiram na aquisição de lotes, na construção de casas e na instalação de estabelecimentos comerciais.

Todos, acompanhados com o sentimento, da conquista de melhores condições de vida e sucesso. Mas, o sentimento, muitas das expectativas não se concretizaram, apenas durou um ano (2001 a 2002). Segundo o morador Sr. Aldo Alves Santos “muita gente já foi embora daqui”; o Sr. Nilmar R. Máximo lembra-se do proprietário de uma pousada situada à rua 8A, próxima ao Colégio Duque de Caxias, que se mudou no início de 2004, para Natal, capital do Rio Grande do Norte. Segundo ele, o que pesou para a decisão do antigo proprietário da pousada foram os problemas financeiros e o enfraquecimento do setor produtivo.

Ele disse que para o dono da pousada, “Taquaruçu não lhe dava mais prazer. O que ganhava não dava para se manter”. Outros foram os motivos que levaram moradores a mudarem do distrito, como o caso relatado pelo Sr. Anísio Moura Silva, que faz referência a um idoso que, após a instalação do Polo Ecoturístico, não se adaptou, mudando-se de Taquaruçu, segundo ele, em “busca de melhoria de vida”, devido a perda de qualidade de vida na região.

Diante dos noticiários regionais, também, foram identificados outros efeitos ambientais, socioculturais e econômicos em Taquaruçu, que transformaram a paisagem e as mudanças no comportamento da população local. A comunidade vivia um misto de revolta e decepção, pois, observou-se o crescimento dos problemas sociais como o uso de drogas por jovens, o número de casos por embriaguez, inclusive envolvendo jovens adolescentes, aumentou o índice de acidentes de carros, brigas e violência na região. Segundo Elizangela Felício dos S. Sales, “o comportamento dos jovens mudou muito” em decorrência da abertura de Taquaruçu para a exploração do ecoturismo.

Já, a moradora Sinara Cléia F. Aires destacou que após a instalação do ecoturismo, tem se observado uma tendência, do aumento de construções de muros, principalmente, por parte dos novos moradores. Ela descreve que as pessoas estão “delimitando a vizinhança, buscando proteção... as pessoas têm medo, e por isso limitam o seu espaço”; criando, um distanciamento entre as pessoas, já que viviam em um ambiente familiar, onde, a maioria das pessoas se conhecia. Esta é uma tendência comum, em áreas que apresentam expectativas de crescimento e de urbanização.

Contudo, apesar dessas percepções destacadas nos noticiários, a comunidade não se coloca contra à ideia de ampliação e desenvolvimento da atividade do ecoturismo no distrito. No geral, o que prevalece é a conscientização da necessidade da execução de um planejamento participativo, uma gestão integrada entre todos os envolvidos nesta

atividade produtiva. Para Wertemberg Pereira Nunes, “o processo de desenvolvimento do ecoturismo é lento. Só se consolidará mais a médio e longo prazo”.

Já, a entrevistada Valdelena Leopoldina Batista acredita que para Taquaruçu se desenvolver através do turismo, depende de “muitos fatores como projeto consistente, sustentável, que respeite a cultura local, além de uma ampla discussão com a comunidade”. No geral, em todas as pesquisas desenvolvidas no distrito, apresentam um elevado percentual de entrevistados que têm a clareza de que a comunidade deve estar preparada e engajada em todo o processo de exploração do ecoturismo, inclusão social e econômica, em todas as etapas do processo.

A percepção da comunidade de Taquaruçu, com relação às paisagens do distrito, é de fundamental importância, a promoção do planejamento e do desenvolvimento da atividade turística dentro dos princípios da sustentabilidade. Segundo Sr. Antonio Santana, de 60 anos, “quando ele veio morar em Taquaruçu, o que ele mais valorizava era a vida tranquila e a abundância de alimentos essenciais para a sobrevivência. Ele descreve que era difícil o transporte, o acesso aos recursos como telefone, era tudo difícil, devido à distância e o isolamento do distrito. Apesar de todas as transformações, hoje ele ainda defende a existência do sossego e a vida tranquila, que ele encontrou no início.

O clima ameno, também é muito bom. Mas, a segurança acabou, a água consumida é suja pelos lixos deixados pelos banhistas próximos às nascentes, o barulho incomoda, há lixo nas ruas”. Todo o cenário apresentado denuncia a presença de contaminação dos recursos hídricos e do solo, além, da poluição sonora gerada por ruídos, festas, entre outras problemáticas.

Ainda, em relação a poluição sonora, alguns moradores, sobretudo os mais antigos, se mostram incomodados pelo turismo, dizem não acompanhar esse processo e se incomodam com os barulhos elevados do som de carros e shows. Para o Gerente de Turismo da AMATUR, o órgão tem procurado investir em melhorias de infraestrutura básica com vistas à superação de problemas relacionados ao acesso, a implantação de sistemas viários, redes pluviais, de esgoto, de coleta de lixo, iluminação, e outros serviços de suma importância para Taquaruçu ingressar no competitivo mercado turístico.

Contudo, se observa que as benfeitorias ficaram em torno da Praça Joaquim Lopes Maracaípe no que se refere às obras de melhorias da aparência, não chegando a atender necessidades de infraestrutura (VIEIRA, 2008). Os moradores consideram que, apesar da comunidade não ter participado do processo de discussão e elaboração do projeto que acabou vindo “de cima para baixo”, a proposta gerou grandes expectativas em relação ao desenvolvimento do local.

5.8 – Descrição dos Principais Impactos Ambientais Identificados e suas Consequências

Na pesquisa foram identificados os principais impactos ambientais na área de estudo, a partir da análise de estudos anteriores, como de Martins e Martins (2008), relatórios técnicos, jornais, conversas informais e formais, e principalmente, através das observações realizadas em campo. No geral, foram identificados impactos que ocorrem na sub-bacia do Ribeirão Taquaruçu Grande, no distrito de Taquaruçu e nas áreas próximas, em seu entorno. Os impactos identificados alteram significativamente o ambiente, promovendo a transformação da paisagem. A partir das análises, avaliações qualitativas e dos diagnósticos, pode-se, destacar os seguintes impactos:

- disposição inadequada de resíduos sólidos - Verificou-se em alguns pontos da sub-bacia a disposição inadequada de resíduos sólidos como garrafas, latas, papéis, baterias, os quais são carregados pelas águas das chuvas, ventos e deixados pelas pessoas que circulam pela área constantemente e dispõem os resíduos de forma desordenada podendo acarretar uma série de doenças, por servirem de abrigo para vetores transmissores de doenças. Os resíduos oriundos das atividades humanas, ao poluírem as águas, não causam apenas danos ao ecossistema natural e às comunidades aquáticas envolvidas, mas, acabam atingindo o próprio homem. Também, haverá a possibilidade de redução na capacidade de infiltração do solo, de penetrar água e ar pelas barreiras criadas pelo depósito inadequado de resíduos sólidos; provável redução da capacidade do solo de sustentação da microfauna e microflora; provável alteração na fertilidade do solo; entre outros;

- remoção da cobertura vegetal da sub-bacia de Taquaruçu - o desmatamento ocorrido na área de estudo não atingiu somente as áreas destinadas à ocupação urbana, mas também as áreas de preservação permanente (APP's). Com a retirada da vegetação ripária, o solo fica sem a proteção necessária, ocorrendo dessa maneira, o transporte do material exposto pela água da chuva, sendo os mesmos carregados aos cursos d'água, provocando o assoreamento, que pode levar o aumento da turbidez das águas, causando, assim, a depreciação da qualidade destas; a interrupção do fluxo d'água, desregularizando a vazão dos corpos hídricos, aumento do escoamento superficial que favorece a erosão; desertificação do solo; dentre outros problemas. Essa remoção deve-se principalmente à expansão de pastagens e áreas agrícolas;

- barramentos - o barramento dos mananciais hídricos para o uso das águas está

relacionado, principalmente, com a captação para o abastecimento necessário para a irrigação e consumo humano nas propriedades. A construção dessas pequenas represas, essa prática também acarreta problemas com o comprometimento da vazão a jusante dos rios; haverá uma provável alteração na qualidade da água em função do aumento do nível de turbidez consequente do assoreamento devido o carreamento de partículas sólidas decorrentes da retirada da vegetação para a realização do barramento; possibilidade da alteração na qualidade da água devido à proliferação de algas e outros vegetais em decorrência do aumento da quantidade de nutrientes carregados para dentro do curso d'água promovendo a eutrofização e provável interrupção do fluxo contínuo da água quando da realização de barramentos;

- uso dos mananciais para fins recreativos, lavagem de roupas e outros usos domésticos – verificou-se que a comunidade circunvizinha utiliza o manancial para fins recreativos, lavagem de roupas, banhos e outros usos domésticos devido à pequena distância e a facilidade de acesso ao córrego que faz com que a comunidade utilize desse recurso para esses fins. O uso inadequado dessas águas interfere no ecossistema aquático e pode levar a uma depreciação da qualidade das águas dos corpos hídricos, como a poluição dos cursos d'água pelo lançamento de óleos, sabões, detergentes, etc.;

- arruamento e caminhos inadequados próximos aos cursos d'água - foi constatada a ocupação desordenada nas margens dos córregos da sub-bacia, com formação de chácaras sem o devido respeito às áreas de preservação permanente. Essa ocupação gera compactação das vias causada pelo tráfego, poeira, carreamento de partículas as drenagens, acúmulo de lixo, etc.;

- prática indiscriminada de queimadas - foram observados focos de queimadas frequentes destruindo parte significativa da cobertura vegetal e inclusive a mata ripária, o que contribuiu para o aumento da concentração de gases e partículas sólidas na atmosfera, erosão do solo exposto e assoreamento das drenagens.;

- uso de fertilizantes e pesticidas nas hortaliças e atividades agrossilvopastoris – na sub-bacia foram encontradas várias chácaras que têm em sua área plantios agrícolas e visando a um melhor aproveitamento das culturas na época de colheita, em geral são utilizados fertilizantes e pesticidas para a eliminação de insetos, ervas daninhas, entre outros. Os grandes problemas ambientais causados pela falta de controle sobre a produção, comercialização e emprego dos produtos químicos nas culturas e também o despreparo dos agricultores sobre sua utilização têm causado sérios danos ao meio ambiente e à saúde humana;

- geração de ruídos e poluição por tráfego de pedestres e veículos - observou-se

um intenso movimento de pedestres devido ao arruamento causado pela ocupação desordenada das áreas adjacentes as de preservação permanente próximas aos córregos. Como impactos sobre a flora haverá o risco de redução da composição florística, devido à falta da dispersão de espécies pelos animais que fogem para outras áreas, dentre outros; e, depósito de galhos, troncos de árvores ao longo das margens dos córregos - no percurso dos córregos puderam ser visto nas margens e no leito dos rios depósitos de galhos e troncos de árvores que foram derrubadas e ali deixadas, sendo que esses materiais entram em estado de decomposição ocasionando o aumento da cor da água e consequente alteração na sua qualidade além de ocasionar problemas de alteração do fluxo da água. Assim, a água necessitará de um longo período para se auto depurar podendo favorecer o surgimento de problemas ambientais e de saúde pública.

Nesse sentido, desde 2011, após estudos realizados na região, o vereador Lúcio Campelo (PR), na época, cobrou que os órgãos ambientais fiscalizem a degradação do Ribeirão Taquaruçu. "Os órgãos ambientais têm que tomar alguma atitude, o que está acontecendo com o Ribeirão Taquaruçu é preocupante, estão desmatando, aterrando e causando a assoreamento do córrego", cobrou o vereador.

O vereador cobrou a participação e ações concretas, por parte, do Ministério Público Estadual (MPE), do Naturatins, da Diretoria de Meio Ambiente do Município de Palmas e do IBAMA, solicitando que realizem ações com intuito de fiscalizar, punir e coibir a degradação do córrego. Segundo Campelo, os mananciais do Ribeirão Taquaruçu estão sendo degradados com a ocupação, desmatamento e aterramento das margens de suas nascentes. "Os órgãos ambientais têm que tomar alguma atitude, o que está acontecendo com o Ribeirão Taquaruçu é preocupante, estão desmatando, aterrando e causando a assoreamento do córrego", cobrou o vereador.

Campelo também ressalta que a sub-bacia do Ribeirão Taquaruçu é a responsável por 70% da captação de água da cidade. "O ribeirão está sendo assoreado. Sem o ribeirão onde será feita a captação de água para o município, temos que ficar alerta". A seguir são apresentadas algumas fotos referentes aos impactos ambientais na região.

Figura 13 – Fotografias de Áreas Degradadas na Sub-bacia do Ribeirão Taquaruçu.



Fonte: Assoreamento do Rio Taquaruçu; Contaminação por Acúmulo de Resíduos Sólidos; Processos Erosivos como Sulcos e Ravinas e Início de Recuperação de área degradada Rio Taquaruçu. Fonte: Internet – Prefeitura de Palmas.

5.8.1. Projeto de recuperação do Ribeirão Taquaruçu

Diante do cenário ambiental e seus problemas ambientais diagnosticados, foi criado pelo Governo de Palmas, o “Projeto de Recuperação Hidroambiental da Bacia de Taquaruçu” que prevê o dimensionamento e implantação de práticas conservacionistas que deverão reduzir os atuais impactos presentes no ribeirão. O Projeto prevê, entre outros benefícios, a redução do aporte de sedimentos aos canais e exutório da bacia, redução dos processos erosivos, aumento da capacidade de recarga de águas subterrâneas, melhoria de tráfego nas estradas vicinais, melhoria da qualidade da água no ribeirão, diminuição do assoreamento dos córregos, aumento da vazão dos rios, entre outros.

No projeto está previsto várias ações e obras de controle e recuperação da bacia, como medidas preventivas podemos citar que a partir de levantamentos topográficos, com

a instalação de baciões de contenção e 192 km de terraços de retenção de águas de enxurradas, serão solucionados ou minimizados problemas de erosões, assoreamentos dos rios, perda de vazão, entre outros. O Governo do Estado do Tocantins, através da Semades – Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, enviou o “Projeto Taquaruçu – Um fonte de vida” à ANA – Agência Nacional de Águas, para avaliação e posterior aprovação de ações que irão viabilizar a conservação do solo e da água na bacia do Ribeirão Taquaruçu.

O projeto prevê um investimento na ordem de R\$ 799.941,00 irá contar com a contribuição de R\$ 719.946,90 por parte da União, equivalentes a 90% do recurso necessário e contrapartida do Estado de R\$ 79.994,10 que equivale a 10% do valor total. Contudo, de forma direta ou indiretamente, o distrito de Taquaruçu e seu entorno, exclusivamente, o município de Palmas serão beneficiados pelo Projeto, o que acarretará uma melhoria na qualidade de vida da população, especialmente, proporcionará uma segurança hídrica para a região.

CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A realidade ambiental do distrito de Taquaruçu e seu entorno, após coletas de informações e realização da pesquisa, demonstra que existem contradições no que diz respeito à gestão ambiental. O diagnóstico das implicações socioambientais decorrentes das ações antrópicas, principalmente, as atividades produtivas da região, demonstrou que não há ainda um desenvolvimento sustentável no distrito, com a inclusão de todas as classes sociais nas atividades do ecoturismo, há um nível significativo de consciência ecológica nos atores envolvidos, mas, no geral são os moradores do distrito que apresentam maiores preocupações em relação as questões ambientais.

Outro fator preocupante é a questão da disponibilidade hídrica da região, pois, na percepção dos moradores, há o temor pela alteração irreversível da disponibilidade de água para o consumo da população e demais múltiplos usos. Já, em relação às responsabilidades sociais, apesar da coletividade ter consciência ambiental, ainda falta clareza de seu papel na gestão e maturidade em efetivar suas atribuições. Verifica-se, que no distrito de Taquaruçu, a gestão ambiental realizada pelo poder público e pela população é preocupante, pois, apresenta crescente aumento de impactos ambientais. Contudo, é evidente, que no distrito necessita-se de políticas claras, com ações estruturantes, educativas e punitivas.

Os moradores, os proprietários rurais e os visitantes precisam efetivamente,

assumir suas responsabilidades na gestão, participando, nas escolhas e nas tomadas de decisão, junto aos órgãos e instituições competentes. Eles precisam seguir uma postura e prática ecologicamente correta, assumindo e aderindo a projetos de desenvolvimento sustentável para o distrito.

Já, em relação aos impactos ambientais existentes, torna-se necessário, então, que os atores envolvidos na gestão passam a efetivar ações mitigadoras, para minimizar esses impactos identificados na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Taquarucu, como: coibir o desmatamento mediante fiscalização efetiva em obediência às Resoluções CONAMA, ao Código Florestal, a Lei de Reserva Legal, leis ambientais vigentes, estabelecer um programa de revegetação dos ambientes embasados em estudos florísticos e fitossociológicos, promover ações de educação ambiental, Programas de Recuperação Áreas Degradadas, e propõe-se uma disposição adequada dos resíduos sólidos, projetos paisagísticos e programas de promoção a saúde, entre outras ações.

Os responsáveis por essas medidas são os órgãos ambientais competentes, como: o Poder Público Municipal e Estadual, Prefeitura Municipal de Palmas, Secretaria Municipal de Saúde e a comunidade. Contudo, para minimizar esses impactos, é necessária a elaboração de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD e de um Plano de Controle Ambiental – PCA, sob a responsabilidade dos órgãos ambientais competentes e da Prefeitura Municipal de Palmas, com a fiscalização da população e do Ministério Público.

Em relação aos impactos socioeconômicos, muitos dos sujeitos pesquisados compreendem que o ecoturismo é uma atividade produtiva pro para alavancar o desenvolvimento social e econômico do distrito, mas, demonstraram que muitos não sabem e estão despreparados tecnicamente para promoverem tal desenvolvimento, pois, ainda seguem os modelos de dominação e exclusão. A expectativa é que após acordos e convênios realizados junto ao Sebrae e outras instituições, que os empreendedores e a população, passem a desenvolver o desenvolvimento sustentável para a região, e, que o ecoturismo, realmente se torne, um mecanismo de geração e distribuição de renda a todos envolvidos.

Alguns culpam o setor público pelo insucesso do Polo Ecoturístico de Taquaruçu, principalmente pela mudança na gestão pública e falta de continuidade das políticas em decorrência da troca de mandatos, outros pela falta de investimento do setor público e do privado, quando o que precisa ser compreendido é que o desenvolvimento do turismo em Taquaruçu exige novas concepções e novo método para resolver velhos e novos problemas que geraram profundas mudanças no cotidiano da comunidade local

(MILAGRES, 2009). Contudo, observa-se, que os cenários político, econômico, sociocultural e ambiental, estão mudando e que medidas inovadoras estão sendo executadas na região, como: projetos de recuperação de áreas degradadas, projetos de educação ambiental, projetos de investimento no setor, e a população, mesmo de forma incipiente, começou a participar ativamente na gestão territorial e ambiental do distrito de Taquaruçu. O importante é identificar qual é o nível de crescimento e progresso que a comunidade deseja que o distrito venha atingir futuramente. Tudo deve ter um, um controle, uma previsão e equilíbrio dinâmico.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO (AMATUR). Diagnóstico Turístico do Distrito de Taquaruçu. Palmas: SEPLAN, 2002.

AGTUR, 2014. Agência de Turismo de Palmas 8º Festival Gastronômico de Taquaruçu. <http://portal.palmas.to.gov.br/secretaria/agencia-de-turismo/noticia/1497698/comerciantes-comemoram-sucesso-de-vendas-no-8o-festival-gastronomico-de-taquarucu/#>

AGTUR, 2014. Agência de Turismo de Palmas 8º Festival Gastronômico de Taquaruçu. http://portal.palmas.to.gov.br/conheca_palmas/festival-gastronomico-de-taquarucu/8o-festival-gastronomico-de-taquarucu/

AMATUR – Agência de Meio Ambiente e Turismo de Palmas. Diagnóstico turístico do distrito de Taquaruçu, Palmas – Tocantins. Prefeitura Municipal de Palmas, 2000.

BENI, Mário Carlos. Análise Estrutural do Turismo. 9ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003

BRASIL, Ministério do Turismo. Ecoturismo. Acessado em 1 de dezembro de 2013. Disponível

em:<http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estrutura_cao_segmentos/ecoturismo.html>

CAMPOS, Angelo Mariano Nunes. O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável. Caderno Virtual de Turismo, ISSN: 1677-6976 Vol. 5, Nº 1 (2005). Disponível em

<<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&>

path%5B%5D =75>. Acesso em 04 de dezembro de 2013.

CORREIA, Celeciana Barros da Silva. Evolução do ecoturismo no Brasil. Brasília, DF, 2003. Disponível

em:<http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/289/1/2003_CelicinaCarvalhoSantos.pdf>.

Acessado em 01 de dezembro de 2013.

DIAS, Reinaldo. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2003.

DOURADO, Thania Maria Fonseca Aires. Transformações Sócio-culturais em Taquaruçu na Perspectiva do Desenvolvimento Local e Sustentável. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências do Ambiente), Universidade Federal do Tocantins (UFT). Palmas, 2004.

JORNAL ELETRÔNICO – SURGIU. 2011. Campelo cobra que órgãos ambientais fiscalizem degradação do Ribeirão Taqurussu - <http://surgiu.com.br/noticia/12926/campelo-cobra-que-orgaos-ambientais-fiscalizem-degradacao-do-ribeirao-taqurussu.html>

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A FUNÇÃO SOCIAL DO ECOTURISMO. Disponível em<<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/301/boltec301e.htm>>. Acesso em 04 de dezembro de 2013.

MACHADO, Álvaro. Ecoturismo: um produto viável. Experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

MARQUES, C. Taquaruçu: cachoeiras, esporte de aventura e manifestações culturais. 2013. <http://www.dentrodomochilao.com/2013/10/taquarucu-cachoeiras-esporte-de-aventura-e-manifestacoes-culturais/>

MARTINS, D. D. DOS S.; MARTINS, I. C. DE M. QUANTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS POR ATORES SOCIAIS DO RIBEIRÃO TAQUARUSSU GRANDE, PALMAS – TOREVISTA DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS, Canoas, v.2, n.2, p. 25 a 42, 2008 / ISSN 1981- 8858

MILAGRES, Vanesa Rios. PAISAGEM E EFEITOS DO TURISMO: uma abordagem perceptiva com os moradores do Distrito Taquaruçu, Palmas (TO)/Vanesa Rios Milagres; orientador Lucas Barbosa e Souza. Palmas, 2009. 155 f.: fig. Dissertação (Mestrado –

Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente. Área de Concentração: Estratégias da Sociedade para Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Tocantins

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). Segmentação do Turismo: marcos conceituais. Brasília, 2006a. _____. Turismo no Brasil: 2007/2010. Brasília, 2006b. _____. Plano Nacional do Turismo (PNT) 2007/2010. Brasília, 2007.

REVISTA de Ecoturismo. Ecoturismo. Disponível em:<<http://revistaecoturismo.com.br/turismo-sustentabilidade/turismo/ecoturismo/>>. Acessado em 01 de dezembro de 2013.

RIBEIRO, Izabel Larissa da Silva et al. Ecoturismo educativo de base comunitária: uma proposta para a reserva de desenvolvimento sustentável estadual Ponta do Tubarão no Rio Grande do Norte. Acessado em 01 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/view/1376/599>.

ROCKTAESCHEL, Benedita Monteiro Mueller. O parque nacional dos Veadeiros como destino ecoturístico. Brasília, DF, 2003. Acessado em 09 de outubro de 2013. Disponível em:<http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/291/1/2003_BenitaMonteiroMuellerRocktaeschel.pdf>

- 73 -

SHANE, Welder. Implantação do Polo Turístico de Taquaruçu terá R\$ 5 milhões de Investimento. Convênio entre Prefeitura de Palmas e Sebrae. Palmas, 13/08/2014. Agência Sebrae de Notícias Tocantins. Disponível no site: [http://www.to.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/TO/Implanta%C3%A7%C3%A3o-do-P%C3%B3lo-Tur%C3%ADstico-de-Taquaru%C3%A7u-ter%C3%A1-R\\$-5-mi-de-investimento](http://www.to.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/TO/Implanta%C3%A7%C3%A3o-do-P%C3%B3lo-Tur%C3%ADstico-de-Taquaru%C3%A7u-ter%C3%A1-R$-5-mi-de-investimento)

SILVA, João Nunes da Silva & SILVA, Edenelza Sousa. Transformações, governança e participação da sociedade: os impactos socioeconômicos causados pelo turismo no distrito de Taquaruçu- Palmas/Tocantins. XI Congresso Brasileiro de Sociologia 1 a 5 de setembro de 2003, UNICAMP, Campinas, SP. Disponível em <www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com.> Acesso em 04 de dezembro de 2013.

TOLEDO, Cleber. Projeto do Pólo Turístico de Taquaruçu começará com diagnóstico para identificar oportunidades. Convênio foi assinado nessa terça-feira pela Prefeitura de Palmas e pelo Sebrae. Acessado: 20/08/14. Disponível: <http://www.clebertoledo.com.br/negocios/2014/08/13/62944-projeto-do-polo-turistico-de-taquarucu- comecara-com-diagnostico-para-identificar-oportunidades3/08/14>

VIEIRA, Wagner. Taquarussu: o recanto ecológico de Palmas. 2008. Revista Turismo. Caderno Ecoturismo. <http://www.revistaturismo.com.br/ecoturismo/taquarussu.html>

.